

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

ADEMAR ANTUNES DO AMARAL

**A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO TEOLÓGICO DE MARTINHO LUTERO NA
RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO**

São Leopoldo

2025

ADEMAR ANTUNES DO AMARAL

**A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO TEOLÓGICO DE MARTINHO LUTERO NA
RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião,
Teologias e Sociedade
Linha de Pesquisa: Religiões, Teologias e
Movimentos Sociais

Pessoa Orientadora: Dr. Wilhelm Wachholz

São Leopoldo

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A485i Amaral, Ademar Antunes do
 A influência do pensamento teológico de Martinho
 Lutero na relação entre Igreja e Estado / Ademar Antunes do
 Amaral; orientador Wilhelm Wachholz. – São Leopoldo :
 EST/PPG, 2025.
 90 p. ; 31 cm

 Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa
 de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
 2025.

 1. Igreja e Estado. 2. Reforma protestante. 3. Lutero,
 Martim, 1483-1546 – Teologia. I. Wachholz, Wilhelm,
 orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

ADEMAR ANTUNES DO AMARAL

**A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO TEOLÓGICO DE MARTINHO LUTERO NA
RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de Mestrado em
Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião, Teologias e
Sociedade

Data de Aprovação: 16 de abril de 2025

PROF. DR. WILHELM WACHHOLZ (PRESIDENTE)
Assinado digitalmente

PROF. DR. ONEIDE BOBSIN (EST)
Assinado digitalmente

PROF. DR. JOEL HAROLDO BAADE (UNIARP)
Docente visitante

Assinado
digitalmente por:
CARLA FRANCIELI
GAFSKI DE LARA :
XXX.117.190-XX
Date: 22/04/2025
08:18:08 -03:00



Assinado
digitalmente por:
WILHELM
WACHHOLZ :
XXX.192.369-XX
Date: 22/04/2025
08:29:29 -03:00



Assinado
digitalmente por:
Oneide Bobsin :
XXX.386.130-XX
Date: 22/04/2025
09:08:33 -03:00



*Dedico esta dissertação à minha esposa e
à minha filha, pelo amor, apoio e
paciência incondicionais.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Wilhelm Wachholz, pela orientação; aos meus professores e professoras, que me acompanharam e ajudaram ao longo desta jornada; e à Faculdades EST, por proporcionar este espaço de pesquisa acadêmica. Expresso minha gratidão à CAPES e ao CNPq, pelo apoio por meio da concessão de bolsas de estudos ao longo desta caminhada.

Agradeço, de modo especial, à minha esposa e à minha filha, pelo amor, apoio e paciência ao longo de toda esta caminhada; à minha família, que me apoiou em todo o percurso; e aos colegas de caminhada, pela convivência e companheirismo.

A Deus, minha gratidão maior, pela vida e por ter me sustentado até aqui.

*Examinem todas as coisas, retenham o
que é bom.*

1 Tessalonicenses 5.21

RESUMO

A Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero no século XVI, transformou profundamente as relações entre Igreja e Estado, desafiando a supremacia da autoridade papal e impulsionando a consolidação dos Estados Nacionais. A presente dissertação tem como objetivo analisar a influência do pensamento teológico de Lutero na relação entre essas duas esferas, com ênfase em suas principais doutrinas, como o sacerdócio universal dos crentes e a doutrina dos dois reinos. A pesquisa adota uma abordagem histórico-analítica, fundamentada na revisão de literatura especializada e na análise das obras do reformador. A dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro apresenta os fundamentos históricos e teológicos da Reforma; o segundo examina o impacto imediato das ideias de Lutero na relação entre Igreja e Estado, destacando a crise da autoridade papal e o fortalecimento das monarquias nacionais; e o terceiro discute a influência contínua do pensamento luterano, abordando sua apropriação e distorção em diferentes contextos políticos, especialmente em regimes totalitários. Os resultados apontam que a teologia de Lutero contribuiu significativamente para a redefinição das estruturas de poder no Ocidente, influenciando a secularização da política e os princípios de autonomia religiosa. Conclui-se que seu legado permanece relevante para os debates contemporâneos sobre laicidade, democracia e a presença da religião no espaço público.

Palavras-chave: Reforma Protestante. Martinho Lutero. Relação Igreja-Estado. Teologia Política. Secularização.

ABSTRACT

The Protestant Reformation, initiated by Martin Luther in the 16th century, profoundly transformed the relationship between Church and State, challenging the supremacy of papal authority and driving the consolidation of national states. This dissertation aims to analyze the influence of Luther's theological thought on the relationship between these two spheres, emphasizing his main doctrines, such as the universal priesthood of believers and the doctrine of the two kingdoms. The research adopts a historical-analytical approach, based on a review of specialized literature and an analysis of the reformer's works. The dissertation is structured into three chapters: the first presents the historical and theological foundations of the Reformation; the second examines the immediate impact of Luther's ideas on the Church-State relationship, highlighting the crisis of papal authority and the strengthening of national monarchies; and the third discusses the ongoing influence of Lutheran thought, addressing its appropriation and distortion in different political contexts, especially in totalitarian regimes. The findings indicate that Luther's theology significantly contributed to the redefinition of power structures in the West, influencing the secularization of politics and the principles of religious autonomy. It is concluded that his legacy remains relevant to contemporary debates on secularism, democracy, and the presence of religion in the public sphere.

Keywords: Protestant Reformation. Martin Luther. Church-State Relationship. Political Theology. Secularization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS E HISTÓRICOS DO PENSAMENTO DE MARTINHO LUTERO.....	18
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA PROTESTANTE.....	18
2.1.1 A Europa no Século XVI	20
2.1.2 Perfil Histórico de Martinho Lutero.....	23
2.1.3 Fatores que contribuíram para a Reforma	25
2.1.4 A imprensa e a importância da linguagem na propagação da Reforma ...	28
2.2 O PENSAMENTO TEOLÓGICO DE MARTINHO LUTERO E SUAS IMPLICAÇÕES	30
2.2.1 Justificação por Graça mediante a Fé	32
2.2.2 Sola Scriptura	34
2.2.3 Liturgia.....	37
2.2.4 Principais perspectivas de Lutero na Relação entre Igreja e Estado	39
3. A INFLUÊNCIA DE LUTERO NA RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO	41
3.1 Impactos imediatos da Reforma na relação Igreja-Estado.....	41
3.1.1 O declínio da autoridade Papal.....	41
3.1.2 O fortalecimento dos Estados Nacionais	43
3.2 A teologia de Lutero mais importante na redefinição da relação igreja-estado.....	45
3.2.1 O sacerdócio de todos os crentes e sua influência na autonomia individual	45
3.2.2 A doutrina dos dois reinos e a separação das esferas de poder	49
3.2.3 O conceito dos três estamentos e a estrutura social	52
3.3 A redefinição da relação Igreja-Estado sob a influência de Lutero	55
3.3.1 As propostas de reforma política de Lutero	56
3.3.2 Reações dos governantes e das autoridades eclesiásticas	58
3.3.3 Conflitos e acordos entre Estado e Igrejas da Reforma	59
4. A INFLUÊNCIA CONTÍNUA DE LUTERO NA RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO: DESAFIOS, TENSÕES E PERSPECTIVAS	62
4.1 A doutrina dos dois reinos na contemporaneidade.....	63
4.1.2 A distinção das esferas de poder.....	63
4.1.3 Tensões modernas entre Igreja e Estado	65
4.2 O sacerdócio universal de todas as pessoas crentes e a participação cidadã.....	66
4.2.1. Autonomia espiritual e o papel do indivíduo	67
4.2.2 Desafios para a ética pública.....	68
4.3 O uso equivocado dos escritos de Lutero pelo regime nazista.....	69
4.3.1 A ascensão de Hitler e a reação da igreja	71

4.3.2 A Igreja Confessante e Bonhoeffer	73
4.3.3 O Pensamento de Bonhoeffer sobre Lutero e a fé cristã ativa	75
4.3.4 A resistência Luterana na Noruega como contraponto	76
4.4 Impacto global de Lutero: Cultura, Política e Novas Perspectivas	78
5 CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero no século XVI, representou uma das transformações mais significativas da história ocidental, com impactos que ultrapassaram a esfera religiosa e se estenderam às estruturas sociais, políticas e econômicas da Europa. Embora Lutero tenha se tornado um dos maiores protagonistas da ruptura com a Igreja Católica, sua intenção inicial não era provocar uma cisão institucional, mas sim fomentar um debate teológico. Como destaca Dreher, Lutero "não tinha em mente bater na igreja. Estava convidando para um debate nos meios acadêmicos. O linguajar era douto e tratava de questões teológicas. Era essa a tradição da universidade".¹ No entanto, a ampla difusão de suas 95 Teses, publicadas em 1517, desencadeou um movimento que redefiniu não apenas a fé cristã, mas também a relação entre Igreja e Estado, questionando a autoridade papal e contribuindo para o fortalecimento dos Estados Nacionais.

A influência de Lutero sobre essa relação se manifesta, sobretudo, em suas doutrinas fundamentais, como a justificação pela fé, o sacerdócio universal de todos os crentes e a doutrina dos dois reinos. A justificação pela fé rompeu com o sistema sacramental da Igreja Romana, retirando dela o monopólio sobre a salvação e conferindo maior autonomia ao indivíduo em sua relação com Deus. O sacerdócio universal minou a hierarquia eclesiástica ao afirmar que todas as pessoas crentes possuem igual acesso a Deus, sem necessidade de mediação clerical. Já a doutrina dos dois reinos estabeleceu uma distinção entre o governo espiritual, regido pela Palavra de Deus, e o governo temporal, responsável pela ordem civil, oferecendo uma base teológica para a separação entre Igreja e Estado.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a influência do pensamento teológico de Martinho Lutero na relação entre Igreja e Estado, investigando o impacto de suas ideias na redefinição da autoridade religiosa e política. Para isso, serão explorados três eixos principais: (I) o contexto histórico e teológico da Reforma, com ênfase nas condições que possibilitaram a ascensão do pensamento luterano; (II) os efeitos imediatos das ideias de Lutero na configuração política da Europa, especialmente no declínio da autoridade papal e no fortalecimento dos

¹ DREHER, Martin N. Introdução. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: **Obras selecionadas**. V. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 85.

Estados Nacionais; e (III) as apropriações e ressignificações de suas doutrinas ao longo da história, incluindo distorções promovidas por regimes políticos totalitários.

A relevância desta pesquisa se justifica pelo fato de que a relação entre Igreja e Estado continua sendo um tema central nos debates contemporâneos sobre laicidade, liberdade religiosa e política pública. A Reforma Protestante não apenas moldou a trajetória das sociedades ocidentais, mas também estabeleceu princípios que influenciaram a formação dos modernos Estados laicos. Além disso, ao longo da história, algumas ideias de Lutero foram reinterpretadas e utilizadas para justificar regimes opressivos, o que evidencia a necessidade de uma análise crítica e contextualizada de sua teologia.

Metodologicamente, esta dissertação adota uma abordagem histórico-analítica, baseada na revisão de literatura especializada e na análise de fontes primárias e secundárias. O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro apresenta os fundamentos históricos e teológicos da Reforma, contextualizando o pensamento de Lutero e suas influências; o segundo examina o impacto de Lutero na relação entre Igreja e Estado, com destaque para o declínio da autoridade papal e o fortalecimento dos Estados Nacionais; e o terceiro discute a influência contínua de Lutero, analisando como sua teologia foi reinterpretada e, em alguns casos, distorcida ao longo da história.

Espera-se que este estudo contribua para um entendimento mais profundo sobre o legado de Lutero na organização política e social ocidental, oferecendo reflexões críticas sobre a relação entre fé, poder e sociedade no mundo contemporâneo.

2 FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS E HISTÓRICOS DO PENSAMENTO DE MARTINHO LUTERO

A Reforma protestante, movimento que transformou profundamente a sociedade europeia no século XVI, teve como uma de suas principais figuras Martinho Lutero, cujas ideias desafiavam a autoridade e as práticas da Igreja Romana. Seu pensamento teológico, fundamentado na justificação por graça mediante fé e na centralidade das Escrituras, foi decisivo para redefinir não apenas as bases da fé cristã, mas também as relações entre Igreja e Estado. Neste capítulo, será analisado o contexto histórico que possibilitou o surgimento da Reforma, os fatores sociais, econômicos e culturais que contribuíram para sua propagação, bem como os principais elementos da teologia de Lutero, como a *Sola Scriptura*. Compreender esses aspectos é essencial para entender como suas ideias moldaram uma nova visão sobre a autoridade religiosa e sua conexão com o poder secular, transformando radicalmente as estruturas religiosas e políticas da Europa.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA PROTESTANTE

A Reforma protestante foi um movimento transformador que ocorreu na Europa no século XVI, marcando o fim da Idade Média e o início da era moderna. Este período de intensas mudanças sociais, políticas, econômicas e intelectuais foi caracterizado pela decadência da sociedade medieval e pelo surgimento de novas estruturas, como os estados-nação centralizados e a ascensão da burguesia. Essas transformações criaram um ambiente propício para questionamentos e para o surgimento de novas ideias que desafiavam as tradições estabelecidas.

Martinho Lutero, uma figura central nesse processo, desempenhou um papel crucial na Reforma protestante. Sua trajetória como monge, pregador², sacerdote e professor de teologia, combinada com suas críticas veementes à Igreja Romana, culminou na pregação das 95 teses, um ato que, simbolizou o início da Reforma.

² NGIEN, Dennis. **Theology of Preaching in Martin Luther**. Themelios, v. 28, n. 2, United Kingdom, 2003. p. 28.

Lutero contestava práticas como a venda de indulgências³ e defendia a necessidade de um retorno às Escrituras e à fé genuína.

A situação da Igreja Romana antes da Reforma era marcada por diversos problemas internos, incluindo corrupção, venda de indulgências e uma estrutura clerical muitas vezes desconectada das necessidades espirituais das pessoas fiéis. Essas questões geraram um grande descontentamento entre a população e criaram um terreno fértil para as ideias reformistas. Além disso, a invenção da imprensa por Johann Gutenberg⁴ no século XV desempenhou um papel fundamental na disseminação rápida e ampla das ideias de Lutero e de outros reformadores, tornando possível alcançar um público muito maior e diversificado.

Skinner escreve que “a questão da causa da reforma é complexa”⁵ Muitas pessoas na Europa, de diferentes níveis culturais e econômicos, escolheram a Reforma principalmente como uma resposta religiosa ao profundo desespero coletivo que sentiam. Eventos como a Guerra dos Cem Anos, a Peste Negra, várias crises, a insanidade de Carlos VI, o Grande Cisma que durou quase quarenta anos, as guerras das Duas Rosas, as guerras hussitas, a queda do grande estado burguês e a morte trágica de Carlos o Temerário, além da crescente ameaça turca que levava as pessoas a rezarem diariamente o Angelus, foram todos acontecimentos que sacudiram e desorientaram a população. Estes eventos pesaram sobre as consciências dos indivíduos e das sociedades, fazendo-os sentir-se culpados. Acreditava-se que apenas o pecado poderia explicar tantas tragédias. Indubitavelmente, os cristãos da época viam-se refletidos nas imagens grotescas e caricatas de Jerônimo Bosch que cercavam o Cristo da Paixão. Quanto mais pecador alguém se considerava, maior era sua propensão ao pecado. Não apenas os mais proeminentes, mas até os mais humildes, começaram a blasfemar intensamente.⁶ Brissos-Lino observa que “lideranças qualificadas do ponto de vista intelectual e espiritual clamavam cada vez mais por uma *renovatio temporum* do cristianismo e o seu regresso às fontes”.⁷

³ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 294.

⁴ HANSON, Brian L. Gutenberg, Johann. In: HAYKIN, Michael A. G. (ed.). **Dicionário Lexham de História da Igreja**. Bellingham, WA: Lexham Press, 2022. n.p.

⁵ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 59.

⁶ DELUMEAU, 1989, p. 60.

⁷ BRISSOS-LINO, José; FRANCO, José Eduardo. **Martinho Lutero, um construtor da modernidade**. E-letras com Vida, n. 12, jan./jun. 2024, p. 9. DOI: https://doi.org/10.53943/ELCV.0124_8-10.

Portanto, a combinação de um cenário europeu em transformação, as críticas incisivas de Lutero e a revolução tecnológica da imprensa convergiram para criar as condições ideais para a Reforma protestante. Este movimento não só reformulou a estrutura religiosa da Europa, mas também teve impactos profundos nas esferas política, social e cultural, moldando o curso da história ocidental.

2.1.1 A Europa no Século XVI

O século XVI na Europa foi um período de grandes transformações e mudanças significativas. A sociedade medieval estava em declínio, dando lugar a uma nova era marcada por profundas modificações. O contexto da Reforma ocorreu no final da Idade Média.⁸

Por volta de 1500, os fundamentos da velha sociedade medieval estavam ruindo, e uma nova sociedade, com uma dimensão geográfica muito ampla e com transformações nos padrões políticos, econômicos, intelectuais e religiosos, começava a surgir. Essas mudanças foram realmente revolucionárias por sua natureza e pela força de seus efeitos sobre a ordem social.⁹ As explorações marítimas estavam expandindo o horizonte europeu, enquanto o Renascimento trazia uma nova ênfase no humanismo e na ciência. Economicamente, o aumento do comércio e a ascensão da burguesia estavam alterando as estruturas de poder tradicionais. Politicamente, estados-nação mais centralizados começaram a emergir, desafiando a fragmentação feudal que havia predominado por séculos.¹⁰ Essas mudanças prepararam o terreno para a Reforma protestante, que seria catalisada por figuras como Martinho Lutero, e teria um impacto duradouro na estrutura religiosa e política da Europa.

O declínio da sociedade medieval e o surgimento de novas estruturas sociais, políticas e econômicas criaram um ambiente propício para questionamentos e mudanças profundas. “A necessidade de reforma na igreja e de um reavivamento da vida religiosa eram reconhecidos não somente pelos humanistas, mas nos altos

⁸ MCGRATH, Alister E. **O pensamento da Reforma**: Ideias que influenciaram o mundo e continuam a moldar a sociedade. 1. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014. p. 41.

⁹ CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja cristã. São Paulo: Vida Nova, 1995. p.221.

¹⁰ CAIRNS. 1995, p. 222.

escalões da própria igreja.”¹¹ O contexto de insatisfação com a igreja católica era evidente em várias partes da Europa, particularmente na Alemanha, onde a falta de defesa contra as extorsões da cúria aumentou o ressentimento popular. More observa que:

As queixas contra as extorsões da cúria jamais foram mais altas ou mais universais do que no início do século XVI. França e Inglaterra há muito tinham encontrado meios de se protegerem de parte considerável destas extorsões; mas na Alemanha, que por falta de unidade nacional e espírito nacional não teve tal defesa, eles caíram com peso duplicado. O ressentimento, assim criado, foi facilmente mudado em simpatia para com Lutero em seus ataques contra a hierarquia entre as classes a quem suas inovações teológicas não eram de nenhuma importância.¹²

Nesse período, o analfabetismo era prevalente entre o clero. Muitos membros do clero tinham aprendido os termos em latim da missa de cor com colegas mais velhos. Com o tempo, esses membros eram conhecidos por cometer erros durante os serviços religiosos, devido tanto ao esquecimento quanto à falta de compreensão do latim. Essas falhas se tornavam cada vez mais evidentes à medida que o nível de alfabetização dos leigos melhorava no final do século XV.¹³

A crítica dos clérigos pelos leigos alfabetizados não apenas desafiava a autoridade e a credibilidade do clero, mas também preparava o terreno para as ideias reformistas que estavam por vir. Esse contexto de descontentamento e questionamento entre os leigos foi fundamental para o surgimento e a disseminação da Reforma protestante, que encontrou terreno fértil em uma população cada vez mais consciente e crítica das práticas e da moralidade da igreja. A alfabetização e a disponibilidade de textos religiosos em línguas vernáculas foram catalisadores importantes para as mudanças religiosas e sociais que se seguiram.

“A Reforma no norte da Europa foi amplamente baseada nas cidades. Na Alemanha, mais de 50 das 65 ‘cidades imperiais’ reagiram positivamente à Reforma, e apenas cinco decidiram ignorá-la completamente”.¹⁴ Fica cada vez mais evidente que o êxito ou o fracasso da Reforma nessas cidades estava, em parte, relacionado a aspectos políticos e sociais. No final do século XV e início do século XVI, os

¹¹ MOORE, George Foot. *História das religiões: Judaísmo, cristianismo e islã*. v. II. São Paulo: Fonte Editorial, 2021. p. 387.

¹² MORE, 2021, p. 383.

¹³ MCGRATH, 2014, p. 42.

¹⁴ MCGRATH, 2014, p. 33.

conselhos municipais das cidades imperiais alcançaram um nível significativo de autonomia. Essas cidades agiam quase como pequenos Estados, onde o conselho municipal desempenhava o papel de governo e os moradores eram vistos como súditos.¹⁵ Apenas essas cinco cidades que decidiram ignorar o movimento da Reforma, optaram por manter suas tradições alheias às transformações que ocorriam ao seu redor. A forte adesão das cidades imperiais à Reforma demonstra como os centros urbanos se tornaram núcleos de inovação e resistência às estruturas eclesiásticas tradicionais. McGrath observa que essa transformação estava intimamente ligada ao crescente poder e autonomia dos conselhos municipais:

Torna-se cada vez mais claro que o sucesso ou o insucesso da Reforma nessas cidades dependia em parte de fatores políticos e sociais. No final do século 15 e no início do século 16, os conselhos municipais das cidades imperiais tinham conseguido obter um grau substancial de independência. De fato, cada cidade parecia se considerar como um Estado em miniatura, com o conselho municipal funcionando como um governo e o restante dos seus habitantes como súditos.¹⁶

O início do século XVI testemunhou uma inquietação social crescente em muitas cidades, à medida que ganhavam força as reivindicações por um governo mais representativo e com uma base mais ampla de participação. Em muitas dessas cidades, a Reforma se associou estreitamente com essas exigências por mudanças sociais, resultando em um avanço simultâneo de reformas religiosas e sociais. As mudanças religiosas proporcionaram um ponto focal para a articulação de outras necessidades e desejos de reforma, mas não dominaram completamente o cenário intelectual e cultural da época. Os fatores econômicos, sociais e políticos foram cruciais para explicar por que a Reforma foi bem-sucedida em cidades como Nuremberg e Estrasburgo, enquanto falhou em lugares como Erfurt.¹⁷

Na Alemanha, Lutero via o comércio de indulgências como uma exploração moralmente ultrajante e teologicamente questionável dos sentimentos naturais das pessoas comuns em relação aos seus mortos. Ele considerava essa prática como uma manipulação dos medos e esperanças das pessoas, prometendo-lhes a libertação instantânea das almas do purgatório em troca de um pagamento. Suas 95

¹⁵ MCGRATH, 2014, p. 33.

¹⁶ MCGRATH, 2014, p. 33.

¹⁷ MCGRATH, 2014, p. 34.

teses, que, segundo a tradição teriam sido pregadas na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg em 31 de outubro de 1517, foram uma crítica direta a essa prática. Lutero denunciava a alegação de que a alma de um morto poderia ser imediatamente libertada do purgatório mediante o pagamento de uma quantia adequada a um negociante eclesiástico autorizado, destacando a corrupção e a falta de base teológica dessa prática.¹⁸

2.1.2 Perfil Histórico de Martinho Lutero

Martinho Lutero (1483–1546), uma das figuras mais significativas da história ocidental, foi um protagonista chave na Reforma protestante e influenciou profundamente a relação entre Igreja e Estado. Ao longo de sua vida, Lutero foi monge, sacerdote, professor de literatura bíblica, reformador, marido e pai.

Nascido em 1483, filho de um minerador saxão, Lutero tinha a intenção de tornar-se advogado até o dia, em 1505, em que foi surpreendido por uma tempestade a caminho do povoado de Stotternheim. Um raio lançou-o ao chão, e Lutero, aterrorizado, chamou à padroeira dos mineradores: “Santa Ana, salva-me! Se me salvares, me tornarei um monge.”¹⁹

Cumprindo sua promessa, Lutero ingressou no mosteiro agostiniano em Erfurt e foi ordenado sacerdote em 1507. Durante seus primeiros anos como monge, ele se dedicou intensamente ao estudo e à exposição das Escrituras. Em 1510, Lutero fez uma viagem a Roma, que revelou muito sobre seu caráter²⁰, Bainton observa que o que Lutero viu e o que ele não viu em Roma revelam muito sobre ele, ele estava mais interessado na “descrição de Maria atribuída a Lucas, o evangelista, do que em todas as Madonas da renascença [...]. Nem a Roma da Renascença, nem a Roma das antiguidades, interessavam tanto a Lutero quanto a Roma dos Santos”²¹. Em 1512, ele obteve seu doutorado em Teologia e começou a lecionar na Universidade de Wittenberg. “Lutero foi exposto a novas influências em razão de sua mudança de

¹⁸ MCGRATH, 2014, p. 45.

¹⁹ SHELLEY, Bruce L. **História do Cristianismo**: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Tomas Nelson, 2018. p. 260.

²⁰ BAINTON, Roland H. **Cativo à Palavra**: a vida de Martinho Lutero. São Paulo: Vida Nova, 2017. p. 56.

²¹ BAINTON, 2017, 56.

domicílio. Ele foi transferido de Erfurt para Wittenberg, onde haveria de passar o restante dos seus dias."²² Bainton ainda observa que:

Lutero pôs-se a aprender e a expor as Escrituras. Em 1.º de agosto de 1513, ele iniciou seus sermões sobre o livro de Salmos. No outono de 1515, estava ensinando sobre a carta de Paulo aos Romanos. A carta aos Gálatas foi abordada entre 1516 e 1517.²³

Tradicionalmente, a Reforma protestante começou com a publicação por Martinho Lutero de suas 95 teses. "Em 31 de outubro de 1517, de acordo com o protocolo acadêmico padrão para anunciar um debate, ele pregou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg 95 teses contra a prática da venda das indulgências."²⁴ Embora uma série de fatores tenha provocado pedidos anteriores de reforma, incluindo o declínio da autoridade papal na Europa e os abusos percebidos e corrupção dentro da Igreja Católica Romana, foi a prática da igreja de vender indulgências que Lutero inicialmente desafiou. Os críticos diziam que nas 95 teses "as proposições continham o germe de sua futura heresia."²⁵ Este ato é simbolicamente considerado o início da Reforma protestante. "Trinta e um de outubro de 1517 [...]. Ninguém naquele dia pode prever a tempestade que Lutero estava prestes a desencadear."²⁶

A recusa de Lutero em retratar todos os seus escritos, conforme exigido pelo Papa Leão X em 1520 e pelo imperador Carlos V na Dieta de Worms em 1521, resultou em sua excomunhão pelo papa e condenação como fora da lei pelo imperador.²⁷

Durante seu exílio no Castelo de Wartburgo, sob a proteção de Frederico, o Sábio, ele traduziu o Novo Testamento para o alemão, auxiliando no acesso à Bíblia pelo povo comum. Ao retornar a Wittenberg em 1522, Lutero descobriu que a Reforma já estava em andamento, com seus seguidores promovendo mudanças radicais. Suas estratégias para promover a reforma incluíam a produção de livros, folhetos, panfletos

²² BAINTON, 2017, 59.

²³ BAINTON, 2017, p. 67.

²⁴ TRUEMAN, Carl. **Lutero e a vida cristã**: Teologia e vida alicerçadas na cruz de Cristo. 1. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2017. p. 36.

²⁵ ADDIS, William E.; ARNOLD, Thomas. **A Catholic Dictionary**. New York: The Catholic Publication Society Co., 1887. p. 535. "the propositions contained the germ of his future heresy" (tradução nossa)

²⁶ LAWSON, Steven J. **A heroica ousadia de Martinho Lutero**: Um perfil de Homens Piedosos. São José dos Campos, SP: Editora FIEL, 2013. p. 13.

²⁷ LAWSON, 2013, p. 35.

e cartas, bem como discursos em sala de aula, debates públicos e calorosas disputas nas igrejas e nas universidades. Lawson escreve que entre as estratégias de Lutero estavam a “produção de livros, folhetos, panfletos e cartas, e também discursos em sala de aula, debates públicos e calorosas disputas nas igrejas e nas universidades. Mas seu principal método de produzir a reforma foi por meio do púlpito.”²⁸

Em 1525, Lutero uniu-se em matrimônio com Catarina de Bora, uma ex-freira, estabelecendo um modelo de vida familiar para os líderes protestantes. Lutero foi alvo tanto de elogios quanto de críticas por suas pregações e escritos, e sua tradução da Bíblia cristã para o vernáculo teve um impacto profundo na igreja. Trueman escreve que “devemos ver Lutero como um de nós na forma que ele lutou com as perguntas mais profundamente perenes da existência cristã humana.”²⁹ Suas obras continuam a impactar todos os cristãos e animam o movimento que leva seu nome. “Lutero morreu em 1546, enquanto estava em Eisleben, cidade onde nascera, em uma missão pastoral.”³⁰

2.1.3 Fatores que contribuíram para a Reforma

No início do século XVI, a sociedade medieval estava em decadência, abrindo espaço para novas estruturas sociais e econômicas. A emergência de estados-nação mais centralizados e a ascensão da burguesia alteraram os padrões de poder tradicionais. A expansão do comércio e o desenvolvimento das cidades geraram uma nova classe social que demandava mais autonomia e menos interferência da Igreja. Cairns observa que:

As perspectivas mudaram também no campo político. O conceito medieval de um estado universal estava dando lugar ao novo conceito de nação-estado. Os estados, a partir do declínio da Idade Média, começaram a se organizar em bases nacionais.³¹

O Renascimento trouxe uma nova ênfase no humanismo e na ciência, incentivando uma visão crítica da Igreja Romana e de suas práticas. Intelectuais humanistas, como Erasmo de Roterdã, promoveram uma volta aos textos originais e

²⁸ LAWSON, 2013, p. 14.

²⁹ TRUEMAN, 2017, p. 57.

³⁰ TRUEMAN, 2017, p. 203.

³¹ CAIRNS, 1995, p. 222.

questionaram os dogmas estabelecidos pela Igreja. "Dos muitos afluentes intelectuais e culturais que contribuíram para o fluxo da Reforma, provavelmente o mais importante foi o humanismo renascentista".³² Cairns observa que as "transformações intelectuais provocadas pelo Renascentismo, ao norte e ao sul dos Alpes, criaram um clima intelectual que favoreceu o desenvolvimento do protestantismo".³³

A Igreja Romana enfrentava sérios problemas internos. A venda de indulgências, cargos eclesiásticos e a vida luxuosa de muitos clérigos geraram grande descontentamento entre os fiéis. A prevalência do analfabetismo entre o clero e a falta de compreensão do latim tornavam evidente a necessidade de reforma interna. Havia um reconhecimento generalizado, até mesmo dentro dos altos escalões da Igreja, da necessidade de um reavivamento da vida religiosa e de uma reforma nas práticas eclesiásticas.

A invenção da imprensa por Johann Gutenberg em meados do século XV revolucionou a disseminação de informações. Livros e panfletos puderam ser produzidos em massa e a um custo menor, facilitando a propagação das ideias reformistas. A disponibilidade de textos religiosos em línguas vernáculas permitiu que um público mais amplo tivesse acesso direto às Escrituras, diminuindo a dependência da interpretação clerical.

A Idade Média foi um período de expansão nas universidades e escolas da Europa. Um resultado inevitável dessa expansão foi a diversificação intelectual. Em outras palavras, quanto mais acadêmicos existem, mais opiniões se encontram em circulação como consequência. Por volta do início do século 16, já havia nove dessas escolas estabelecidas dentro da igreja da Europa ocidental.³⁴

As ideias de teólogos como João Wycliffe e Jan Hus, que antecederam Lutero, prepararam o terreno para a Reforma ao desafiar a autoridade papal e promover a ideia de uma Igreja mais próxima das necessidades espirituais das pessoas fiéis. A ênfase na "sola scriptura" (somente as Escrituras) e na "sola fide" (somente a fé) de Lutero encontrou eco em uma população cansada dos abusos e das complicações da teologia tradicional. "A autoridade da Igreja Romana foi substituída pela autoridade da Bíblia".³⁵

³² MCGRATH, 2014, p. 54.

³³ CAIRNS, 1995, p. 223.

³⁴ MCGRATH, 2014, p. 46-47.

³⁵ CAIRNS, 1995, p. 223.

Além disso, Lutero conseguiu apoio significativo da nobreza alemã ao apelar para um sentimento nacionalista e ao prometer uma maior independência do poder papal, o que atraía os interesses políticos e econômicos dos príncipes alemães.

Surpreendentemente, algumas mudanças econômicas ocorreram um pouco antes da Reforma [...]. Por volta de 1500 [...] recentes terras descobertas, inauguraram uma era de comércio, em que a classe média mercantil tomou a frente da nobreza feudal na liderança da sociedade.³⁶

Cairns ainda observa que esta ascensão econômica se refletiu também na mobilidade social.

Nos tempos medievais, quem fosse filho de servo teria pouquíssimas chances de mudar de condição, exceto se fosse servir na Igreja. Em 1500, os homens estavam ascendendo, por forças dos negócios, a altos níveis sociais.³⁷

O conhecimento geográfico do ser humano medieval também sofreu mudanças fundamentais entre 1492 e 1600.

A civilização do mundo antigo é tida como potâmica, por estar ligada aos sistemas fluviais do mundo antigo. A civilização da Idade Média tem sido chamada de talássica, por ter-se desenvolvido em torno dos mares Mediterrâneo e Báltico [...]. Ao tempo em que Lutero traduzia o Novo Testamento para o alemão em 1522, o navio de Magalhães completava a sua volta ao mundo.³⁸

Essas transformações, geográficas, culturais e intelectuais criaram um ambiente propício para mudanças profundas. D´aubigné escreve que:

Príncipes e plebeus, membros vivos da igreja e teólogos estavam trabalhando, cada um na sua esfera, para aparelhar a obra que o décimo-sexto século ia levar a cabo. A Reforma, porém, devia achar um outro auxiliar, as letras.³⁹

É importante destacar que, embora muitos fatores tenham contribuído para a Reforma, o fator religioso foi fundamental. "O que a Reforma criou foi um conceito de

³⁶ CAIRNS, 1995, p. 222.

³⁷ CAIRNS, 1995, p. 223.

³⁸ CAIRNS, 1995, p. 221-222.

³⁹ D´AUBIGNÉ, J. H. História da Reforma do décimo-sexto século, vol. I. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1951. p. 63.

igreja pluricêntrica, em que diferentes expressões são possíveis".⁴⁰ As pessoas eram profundamente religiosas, e sem a questão religiosa a Reforma não teria ocorrido ou teria demorado muito mais para ganhar forma e se propagar. A profunda devoção e a insatisfação com a Igreja Romana serviram como catalisadores essenciais para as mudanças propostas por Lutero e outros reformadores. O fervor religioso e a busca por uma fé mais autêntica e próxima das Escrituras foram os motores que impulsionaram a Reforma, proporcionando-lhe um impacto duradouro na estrutura religiosa e política da Europa.

Esses fatores, interligados e multifacetados, criaram um ambiente propício para o surgimento da Reforma protestante, um movimento que mudaria profundamente a estrutura religiosa e política da Europa. As transformações socioeconômicas, os problemas internos da Igreja Católica, os avanços tecnológicos e as influências intelectuais e religiosas convergiram para criar as condições necessárias para a Reforma protestante. Essas mudanças não só moldaram a trajetória da Igreja, mas também tiveram um impacto duradouro na sociedade europeia como um todo.

2.1.4 A imprensa e a importância da linguagem na propagação da Reforma

É importante observar que, às vésperas da Reforma, surgiu uma inovação tecnológica que estava destinada a exercer uma enorme influência sobre a Europa Ocidental. Essa inovação, que mudaria o curso da história, foi a invenção da imprensa. A imprensa revolucionou a maneira como as informações eram divulgadas, permitindo a produção rápida e a um menor custo de livros e panfletos em larga escala. Antes de sua invenção, a reprodução de manuscritos era um processo longo e demorado, realizado manualmente por escribas. Com a chegada da imprensa, o acesso ao conhecimento e às ideias da Reforma foi amplamente democratizado, facilitando a circulação de novas ideias e preparando o terreno para as transformações religiosas e sociais que se seguiriam.⁴¹

Embora a imprensa tenha sido originalmente desenvolvida séculos antes pelos chineses, a tecnologia não se difundiu na Europa até muito mais tarde. Os primeiros documentos impressos europeus que podem ser datados com segurança

⁴⁰ WESTHELLE, Vitor. A Reforma do século XVI - um ato de liberdade. In: WESTHELLE, Vitor; ZWETSCH, Roberto E. (orgs.). **Fides et Ratio**: temas na teologia e filosofia suscitados por Lutero e a Reforma do século XVI. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2017. p. 291.

⁴¹ MCGRATH, 2014, p. 29.

se originaram da prensa de Johann Gutenberg (c.1398–1468) em Mainz, por volta de 1454. Johann Gutenberg é amplamente reconhecido por adaptar e melhorar a tecnologia de impressão, tornando-a mais eficiente e acessível. Em 1456, apenas dois anos após a criação de sua prensa, Gutenberg produziu a famosa Bíblia de Gutenberg, impressa em latim.⁴² Essa Bíblia não só representou um marco tecnológico, mas também simbolizou o início de uma nova era de acesso ao conhecimento e à literatura religiosa. A capacidade de produzir textos sagrados em maior escala permitiu que mais pessoas tivessem acesso direto às Escrituras, o que desempenhou um papel crucial no fortalecimento das bases da Reforma.

Para entender o grande impacto que a imprensa exerceu sobre a Reforma, é importante considerar alguns pontos explicados por McGrath:

Considere os seguintes pontos. Primeiro, a imprensa significava que era possível produzir de modo rápido e barato obras em defesa do programa da Reforma. O processo tedioso de copiar manuscritos à mão não era mais necessário. Além disso, os erros que surgiam no processo de cópia podiam ser eliminados; uma vez que os tipos fossem preparados para uma obra, podia-se produzir qualquer número de cópias livres de erro. Todos que sabiam ler e tinham dinheiro para comprar livros estavam em condições de aprender sobre as novas ideias sensacionais procedentes de Wittenberg e Genebra. Por exemplo, na Inglaterra, eram as classes letradas e ricas que mais conheciam sobre o luteranismo na terceira década do século 16. Os livros luteranos, banidos pelas autoridades como subversivos, eram contrabandeados por meio da rota de comércio hanseática até Cambridge pelos portos de Antuérpia e Ipswich. Não era preciso que Lutero fosse à Inglaterra para estabelecer um público para suas ideias – elas foram espalhadas pela palavra impressa.”⁴³

Para os reformadores, especialmente Martinho Lutero e seus colegas em Wittenberg, as ideias religiosas da Reforma estavam profundamente enraizadas na Bíblia e nas obras de Agostinho. Com a chegada da imprensa e a melhoria dos métodos de venda de livros, textos precisos e confiáveis dessas fontes se tornaram amplamente acessíveis. Isso não apenas facilitou o desenvolvimento inicial das ideias reformistas, mas também permitiu sua ampla disseminação.⁴⁴ Lutero, inspirado por Erasmo, reconheceu a importância da imprensa para exercer uma influência intelectual na sociedade. Em 1520, ele começou a usar a imprensa para promover

⁴² MCGRATH, 2014, p. 29.

⁴³ MCGRATH, 2014, p. 30.

⁴⁴ MCGRATH, 2014, p. 31.

suas ideias reformistas, direcionando seus apelos diretamente ao povo alemão e ultrapassando a mediação de clérigos e acadêmicos.⁴⁵

Durante toda a Idade Média, o latim foi a língua utilizada pela academia, pela Igreja e pelo Estado na Europa Ocidental. Havia uma clara necessidade de uma linguagem comum que facilitasse a comunicação através dessa vasta e diversa região. O latim era a língua dos renomados poetas, oradores, políticos e filósofos romanos, além de teólogos cristãos influentes como Agostinho de Hipona, Ambrósio de Milão e Tertuliano. Lutero sabia que qualquer obra escrita em latim seria compreendida pela elite culta de toda a Europa.⁴⁶ No entanto, McGrath observa que Lutero queria alcançar mais do que apenas o público acadêmico; ele desejava atingir as pessoas comuns.

Lutero queria alcançar mais do que um público acadêmico. Ele queria tocar o coração e a mente das pessoas comuns. A decisão de publicar em alemão foi marcante, tornando-se uma declaração da natureza inclusiva da reforma que Lutero se propunha a seguir. Publicar em latim seria excluir as pessoas comuns. Publicar no seu alemão nativo era democratizar o debate sobre o futuro da igreja, incluindo aqueles que eram tradicionalmente marginalizados pelo uso da antiga linguagem erudita. Desse momento em diante, uma das marcas distintivas do protestantismo passou a ser o seu uso do vernáculo em todos os níveis. E o mais importante de tudo, a Bíblia também foi traduzida para a linguagem do povo.⁴⁷

2.2 O PENSAMENTO TEOLÓGICO DE MARTINHO LUTERO E SUAS IMPLICAÇÕES

O pensamento teológico de Martinho Lutero não apenas revolucionou a esfera religiosa da Europa, mas também trouxe implicações nas relações sociais e políticas de sua época. Suas principais doutrinas – a justificação por graça mediante a fé, a centralidade das Escrituras (*Sola Scriptura*) e a reforma litúrgica – redefiniram a prática cristã ao remover intermediários entre a pessoa crente e Deus. Ao desafiar a autoridade da Igreja Romana, Lutero abriu caminho para uma visão mais individual da fé, promovendo uma autonomia espiritual que influenciaria a reorganização das instituições religiosas e seculares. Segundo Skinner:

⁴⁵ MCGRATH, 2014, p. 32.

⁴⁶ MCGRATH, 2014, p. 32.

⁴⁷ MCGRATH, 2014, p. 32.

A teologia de Lutero trazia consigo duas implicações políticas de maior importância, que somadas, respondem pelo que é mais distintivo e influente em seu pensamento social e político. Primeiro ele assume um claro compromisso de repudiar a ideia segundo a qual a Igreja possui poderes de jurisdição, e por isso detém autoridade para dirigir e regular a vida cristã. É obviamente o abuso desses supostos poderes o que Lutero mais denuncia, e em especial o tráfico de indulgências, que foi tema de sua indignação inicial, expressa nas Noventa e cinco teses.⁴⁸

Além disso, para Skinner, “o verdadeiro alvo dos ataques de Lutero, contudo, não foi tanto o fato de a Igreja abusar de seus poderes – mas a sua mera pretensão de exercer tais poderes sobre uma sociedade cristã”.⁴⁹ Essa crítica mais ampla à estrutura eclesiástica levou Lutero a “repudiar todas as instituições da Igreja que estivessem fundadas na tese segundo a qual o clero constitui uma classe distinta, com jurisdição e privilégios específicos”.⁵⁰ Como consequência, terá uma “rejeição por completo do direito canônico”.⁵¹

As implicações desse pensamento se estendiam também para o âmbito temporal. Segundo Skinner, “as objeções formuladas por Lutero à oposição social e aos poderes da Igreja também o levaram a repelir toda e qualquer pretensão das autoridades eclesiásticas a exercer jurisdição sobre assuntos temporais”.⁵²

Nesta seção, analisaremos em detalhes como essas doutrinas se conectam à teologia de Lutero e às transformações por ele provocadas. Primeiramente, abordaremos o tema da justificação por graça mediante a fé, que centraliza a salvação no relacionamento direto entre o indivíduo e Deus, afastando-se das práticas sacramentais mediadas pelo clero. Em seguida, exploraremos o conceito de *Sola Scriptura*, que estabelece as Escrituras como única autoridade religiosa, desafiando as tradições eclesiásticas. A reforma litúrgica também será analisada, destacando o impacto na participação das pessoas fiéis e no uso da língua vernácula nos cultos.

Além disso, mais à frente nesta dissertação, serão discutidas teologias que tiveram maior influência na relação entre Igreja e Estado, como o sacerdócio de todos os crentes, a doutrina dos dois reinos e o conceito dos três estamentos. Essas ideias, ao lado de outras doutrinas de Lutero, ajudaram a moldar uma nova forma de relação entre as esferas espiritual e temporal, contribuindo significativamente para o

⁴⁸ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 294.

⁴⁹ SKINNER, 1996, p. 295.

⁵⁰ SKINNER, 1996, p. 295.

⁵¹ SKINNER, 1996, p. 295.

⁵² SKINNER, 1996, p. 296.

desenvolvimento dos estados nacionais e a separação das autoridades religiosas e civis, mesmo que não fosse a ideia inicial de Lutero.

2.2.1 Justificação por Graça mediante a Fé

A doutrina da justificação por graça mediante a fé é um dos pilares centrais do pensamento teológico de Martinho Lutero e da Reforma protestante. Esta doutrina afirma que a salvação do indivíduo é alcançada exclusivamente por graça e recebida pela fé em Jesus Cristo, sem a necessidade de obras ou méritos pessoais. Para Lutero, essa crença foi uma redescoberta vital das Escrituras, particularmente dos escritos de Paulo, como a Carta aos Romanos, onde se afirma que "o justo viverá pela fé"⁵³ (Rm 1:17).

Lutero desenvolveu essa doutrina em resposta às práticas e aos ensinamentos da Igreja Católica de sua época, que enfatizavam a necessidade de obras, indulgências e sacramentos como meios de obtenção da graça divina. Ele argumentava que essas práticas corrompiam a essência do Evangelho e afastavam as pessoas fiéis da verdadeira fonte de salvação, que é a fé em Cristo. Em seu entendimento, a fé não era simplesmente um assentimento intelectual, mas uma confiança profunda e pessoal na obra redentora de Cristo.

A justificação por graça mediante a fé, segundo Lutero, implica que a justiça de Deus é imputada à pessoa crente de forma gratuita, não por méritos próprios, mas pela graça divina. Essa imputação da justiça de Cristo é o que permite à pessoa pecadora ser considerada justa diante de Deus. Lutero descrevia esse processo como uma troca maravilhosa, onde Cristo toma sobre si os pecados da pessoa crente e, em troca, concede sua justiça perfeita. Como Lutero afirmou:

Rm 1.17: 'O justo vive de sua fé.' Pois a palavra de Deus não pode ser recebida e cultivada por nenhuma obra humana, se não somente pela fé. Por isso claro está que assim como uma alma necessita tão-somente da Palavra para a vida e a justiça, do mesmo modo ela é justificada somente pela fé, e por nenhuma obra. Pois se pudesse ser justificada por qualquer outra coisa, ela não necessitaria da Palavra e, conseqüentemente, também não da fé.⁵⁴

Ainda para para Lutero:

⁵³ **NOVA VERSÃO INTERNACIONAL.** São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2001. Rm 1.17.

⁵⁴ LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: **Obras selecionadas.** São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 438-439

a primeira preocupação de qualquer cristão deve ser esta: uma vez posta de lado a ilusão das obras, fortalecer mais e mais somente a fé, e crescer por meio dela no conhecimento, não de obras, mas de Cristo Jesus, que por ele sofreu e ressuscitou.⁵⁵

Assim, ele argumentava que "somente a fé é a justiça da pessoa cristã e cumprimento de todos os mandamentos".⁵⁶ Lutero criticava os teólogos que insistiam na necessidade de boas obras, mas que, ao mesmo tempo, não ofereciam certeza de salvação. Segundo Lutero, "as melhores obras de nada adiantam se não consigo saber em que pé estão as coisas com Deus".⁵⁷ Wachholz observa que para Lutero:

A fé é o momento de encontro com Deus. Pela fé o ser humano é remetido para a realidade infinita de Deus, àquilo que a razão não pode compreender e alcançar. A fé, contudo, jamais deve ser confundida com emocionalidade.⁵⁸

As consequências da doutrina da justificação por graça mediante a fé foram profundas. Conforme essa visão, "agora o perdão podia ser visto como um assunto entre o indivíduo e Deus. Nem a igreja nem seus sacramentos ou sacerdotes eram necessariamente exigidos para alguém ser aceito por Deus".⁵⁹ Isso significava uma transformação radical na prática religiosa, onde a mediação da Igreja era substituída pela relação direta entre o indivíduo e Deus.

Lutero também destacava que "o homem não se acerta com Deus por meio de qualquer obra que realize, quer presente, quer futura".⁶⁰ Para Lutero, "a fé é o instrumento, e não há lugar para o mérito, tanto antes quanto depois do indivíduo vir a crer na Palavra de Deus e ser unido a Cristo".⁶¹

Essa doutrina teve implicações teológicas e pastorais significativas. Teologicamente, desafiou a autoridade e as práticas da Igreja Católica, promovendo uma visão de salvação que dependia inteiramente da graça divina e da fé pessoal, e não das mediações eclesiais. Pastoralmente, ofereceu às pessoas fiéis uma nova certeza de salvação, aliviando o peso da culpa e da incerteza que muitos experimentavam sob o sistema de penitências e indulgências.

⁵⁵ LUTERO, 2000, p. 439.

⁵⁶ LUTERO, 2000, p. 443.

⁵⁷ BAYER, Oswald. **A teologia de Martinho Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 206

⁵⁸ WACHHOLZ, Wilhelm. **História e teologia da Reforma**: introdução. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2016. p. 93.

⁵⁹ MCGRATH, 2014, p. 148.

⁶⁰ BAINTON, 2017, p. 71.

⁶¹ TRUEMAN, 2017, p. 73.

Lutero expôs essa doutrina de forma mais sistemática em suas obras, como "Sobre a Liberdade Cristã"⁶² e em seus comentários bíblicos. Ele insistia que a fé verdadeira sempre produziria frutos, ou seja, boas obras, mas essas obras eram o resultado da justificação e não a causa dela. A justificação por graça mediante a fé foi, portanto, um elemento central não apenas na teologia de Lutero, mas na transformação religiosa e cultural que se seguiu com a Reforma protestante, redefinindo a relação entre Deus e o ser humano e afirmando a primazia da fé na vida cristã.

A influência dessa doutrina pode ter se estendido também à relação entre Igreja e Estado. Ao enfatizar a fé individual e direta, Lutero minou a autoridade centralizada da Igreja Católica, permitindo que os governantes seculares assumissem um papel mais ativo em questões religiosas dentro de seus territórios. Esse movimento pode ter contribuído para a formação dos modernos estados-nação, onde a autoridade religiosa e política passou a ser mais descentralizada e diversificada.

Em resumo, a doutrina da justificação pela fé de Martinho Lutero não apenas transformou a prática religiosa, mas também pode ter tido implicações profundas e duradouras na relação entre Igreja e Estado, promovendo uma visão de salvação baseada na fé individual e direta, e possivelmente capacitando os líderes seculares a exercerem maior controle sobre as questões religiosas.

2.2.2 *Sola Scriptura*

Todo avanço significativo na história da Igreja depende de um estudo renovado e aprofundado das Escrituras, que oferece múltiplas camadas de entendimento. Enquanto os humanistas retornaram aos clássicos antigos e reviveram o espírito do paganismo grego e romano, os reformadores voltaram às Escrituras Sagradas nas línguas originais, revitalizando o espírito do cristianismo apostólico.⁶³

⁶² DREHER, Martin N. Introdução. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: **Obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 436. "Ao se avaliar o "Tratado sobre a liberdade cristã", deve-se ter em mente que ele fala da liberdade resultante da justificação. Sua argumentação está dirigida contra um legalismo eclesiástico. Aqui está seu significado emancipatório, pois se volta contra uma Igreja repressora. Contra essa igreja repressora, o tratado pergunta pela força que possibilita liberdade".

⁶³ SCHAFF, Philip; SCHAFF, David Schley. **History of the Christian Church**. v. 7. New York: Charles Scribner's Sons, 1910. p. 17.

A doutrina do *Sola Scriptura* foi um dos pilares centrais da teologia de Martinho Lutero e da Reforma protestante. Este princípio estabelece que as Escrituras Sagradas são a única autoridade infalível em matéria de fé e prática cristã. Para Lutero, isso significava que a Bíblia tinha primazia sobre qualquer tradição, decreto papal ou concílio da Igreja. No século XVI, a Igreja Romana possuía uma estrutura altamente hierarquizada e centralizada, onde o Papa e os concílios tinham autoridade suprema. Além disso, a tradição eclesiástica acumulada ao longo dos séculos desempenhava um papel significativo na doutrina e prática da Igreja. Schaff observa que:

O princípio objetivo do protestantismo mantém que a Bíblia, como o registro inspirado da revelação, é a única regra infalível de fé e prática; em oposição à coordenação católica romana da Escritura e tradição eclesiástica, como as regras conjuntas de fé".⁶⁴

Para Lutero, a Bíblia continha tudo o que era necessário para a salvação e a vida cristã, e qualquer ensino ou prática deveria ser avaliado à luz das Escrituras. Ele acreditava que a corrupção e os abusos dentro da Igreja eram resultado do afastamento das verdades bíblicas e da elevação da tradição e da autoridade papal acima das Escrituras. A insistência no *Sola Scriptura* foi, portanto, uma forma de retornar às bases do cristianismo e corrigir esses desvios. "Para Lutero, a Sagrada Escritura interpreta a si própria".⁶⁵ Bayer também comenta a ideia de Lutero de que "toda Escritura deve ser lida e interpretada a partir de Jesus Cristo e visando a ele: visando àquilo que promove Cristo!"⁶⁶

Ao afirmar que a Bíblia era suficiente em si mesma, Lutero questionou a necessidade de uma autoridade eclesiástica centralizada. Isso pode ter facilitado uma diversidade de interpretações bíblicas e o surgimento de várias denominações protestantes. Além disso, a tradução da Bíblia para o alemão, realizada por Lutero, democratizou o acesso às Escrituras, permitindo que as pessoas comuns interpretassem a Bíblia por si mesmas, sem a intermediação do clero. McGrath observa que:

⁶⁴ SCHAFF, 1910. p. 16. "The objective principle of Protestantism maintains that the Bible, as the inspired record of revelation, is the only infallible rule of faith and practice; in opposition to the Roman Catholic coordination of Scripture and ecclesiastical tradition, as the joint rules of faith". (tradução nossa)

⁶⁵ BAYER, 2007, p. 49.

⁶⁶ BAYER, 2007, p. 59.

A Reforma testemunhou uma nova importância sendo dada à Escritura – ou, talvez, uma antiga concepção da importância da Escritura sendo recuperada. A ideia de *scriptura sola*, 'somente pela Escritura', se tornou um dos grandes lemas dos reformadores ao buscarem realinhar as práticas e crenças da igreja com aquelas da Era Dourada do cristianismo.⁶⁷

Na prática, *Sola Scriptura*, assim como a justificação por graça mediante a fé abordada anteriormente, enfraqueceu a autoridade central da Igreja Católica e abriu espaço para que os governantes seculares assumissem um papel mais ativo nas questões religiosas dentro de seus territórios. "Se a doutrina da justificação somente pela fé era o princípio material da Reforma, o princípio da *scriptura sola* era o seu princípio formal. Se os reformadores destronaram o papa, eles entronizaram a Escritura".⁶⁸

Essa mudança de foco alterou a dinâmica da autoridade religiosa na Europa, "enquanto os católicos enfatizavam a importância da continuidade histórica, os reformadores enfatizavam igualmente a importância da continuidade doutrinária".⁶⁹

Essa descentralização da autoridade eclesiástica pode ter favorecido a autonomia dos estados nacionais emergentes e fortalecido o poder dos governantes seculares. Em última análise, a insistência de Lutero no *Sola Scriptura* não apenas transformou a prática religiosa, mas também pode ter contribuído para a formação dos modernos estados-nação, onde a autoridade religiosa e política passou a ser mais descentralizada e diversificada. Lutero escreve que "devemos discernir muito bem entre as coisas que foram dadas por Deus nas Sagradas Escrituras e aquelas que foram inventadas por seres humanos na Igreja, qualquer que seja a santidade e a doutrina pela qual se destacam".⁷⁰

Assim, o *Sola Scriptura* de Lutero promoveu uma visão de salvação baseada na fé individual e direta, diminuindo a dependência das pessoas fiéis em relação à mediação da Igreja. Isso pode ter capacitado os líderes seculares a exercerem maior controle sobre as questões religiosas, influenciando de maneira significativa a relação entre Igreja e Estado e moldando a estrutura política e religiosa da Europa moderna. Para Lutero:

⁶⁷ MCGRATH, 2014, p. 113.

⁶⁸ MCGRATH, 2014, p. 113.

⁶⁹ MCGRATH, 2014, p. 123.

⁷⁰ LUTERO, Martinho. Do Cativo Babilônico da Igreja. In: **Obras selecionadas**. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 403.

A Palavra de Deus é a relíquia das relíquias, a única, na verdade, que nós cristãos reconhecemos e temos. Posto que tivéssemos, empilhados em um só montão, os restos dos corpos ou as vestes santas e consagradas de todos os santos, de nada nos valeriam, porque tudo isso é coisa morta, incapaz de santificar a quem quer que seja. Palavra de Deus, porém, é o tesouro que a tudo santifica.⁷¹

Para Lutero é fundamental que, antes de qualquer coisa, esteja claramente estabelecido entre as pessoas cristãs que as Sagradas Escrituras são uma luz espiritual muito mais brilhante do que o sol, especialmente em assuntos relacionados à salvação.⁷² Em resumo, *Sola Scriptura* foi um princípio que redefiniu a estrutura de autoridade religiosa e pode ter implicações na relação entre Igreja e Estado durante a Reforma protestante. "A Escritura é nossa única vinha, na qual todos deveríamos exercitar-nos e trabalhar".⁷³ Ao promover a Bíblia como a única fonte de autoridade em questões de fé e prática cristã, Lutero transformou a prática religiosa e influenciou a relação dos estados-nação que estão se ganhando autonomia em sua época.

2.2.3 Liturgia

No pensamento teológico de Martinho Lutero, a liturgia ocupava um lugar central e essencial. As reformas litúrgicas promovidas por Lutero buscaram simplificar e tornar o culto mais acessível às pessoas fiéis. Beck observa que:

Diante da Reforma do século XVI, Igreja, comunidades, culto, liturgia, requeriam uma nova estrutura, adequada aos novos tempos e 'à nova fé'. Roma deixara de ser [...] a norma que regulava a vida na Igreja e na sociedade, como vinha acontecendo até ali.⁷⁴

Ele defendia a utilização do vernáculo em vez do latim, permitindo que a congregação participasse ativamente do culto e compreendesse plenamente os ritos e orações. "No período medieval, a liturgia era em latim, e o sacramento da Missa era

⁷¹ LUTERO, Martinho. A Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão. In: **Obras selecionadas**. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 349.

⁷² LUTERO, Martinho. Da Vontade Cativa. In: **Obras selecionadas**. Vol. 4. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 65.

⁷³ LUTERO, v.2, 2000, p. 332.

⁷⁴ BECK, Nestor J. L., Introdução Geral. In: **Obras selecionadas**. Vol. 7. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 9.

central. Para Lutero, a liturgia precisava ser na língua vernácula, e a pregação precisava estar no coração da vida cristã".⁷⁵

A pregação expositiva da Bíblia se tornou central nos cultos luteranos. Lutero via a pregação como um meio pelo qual Deus fala diretamente às pessoas fiéis, oferecendo instrução, consolação e exortação. Ele insistia que a pregação deveria ser baseada nas Escrituras e centrada em Cristo. Além disso, Lutero reconhecia a importância da música na adoração. Ele encorajava o uso de hinos⁷⁶ congregacionais que eram teologicamente ricos e acessíveis, acreditando que a música poderia transmitir verdades bíblicas e envolver os fiéis emocionalmente no culto.

Lutero estabelece os princípios pastorais para a reforma litúrgica em seu panfleto *Da Ordem para a Adoração Pública* (1523). Ali, ele identifica três grandes erros na tradição litúrgica medieval. O primeiro, e pior, a Palavra foi silenciada, e com isso Lutero quer dizer que a pregação tinha completamente desaparecido, deixando apenas a leitura da Bíblia e o canto em seu lugar. O segundo, a perda da Palavra quis dizer que todos os tipos de fábulas sem sentido e hinos se arrastaram para a adoração pública. O terceiro, o próprio culto de adoração veio a ser considerado como uma obra oferecida a Deus.⁷⁷

A Reforma protestante teve um impacto significativo na adoração cristã, especialmente ao insistir que os rituais de culto e pregação deviam ser conduzidos numa língua que pudesse ser compreendida pelo povo comum.⁷⁸ Isso permitiu que as pessoas fiéis participassem ativamente e compreendessem melhor os fundamentos da fé cristã. Lutero acreditava que a Palavra de Deus deveria ser acessível a todas as pessoas, e que a participação ativa no culto era essencial para a vida espiritual das pessoas crentes.

Talvez o ponto mais importante a ser afirmado aqui é que os sacramentos representavam a face publicamente visível da igreja. Para a maioria dos leigos, o ponto principal de contato com a igreja, e também com o mundo mais amplo, era por meio dos cultos aos domingos. Era exatamente por isso que o púlpito era uma das plataformas públicas mais importantes do período medieval; daí o desejo, tanto de reformadores quanto de conselhos municipais, de controlar o que era dito nos púlpitos. Ao participarem dos cultos dominicais, os leigos eram expostos às ideias da Reforma por dois meios: o sermão e a liturgia.⁷⁹

⁷⁵ TRUEMAN, 2017, p. 104.

⁷⁶ BECK, 2000, p. 9.

⁷⁷ TRUEMAN, 2017, p. 106.

⁷⁸ MCGRATH, 2014, p. 191.

⁷⁹ MCGRATH, 2014, p. 192.

A necessidade de reformar a teoria e a prática da liturgia implicava mudanças óbvias na vida pública da igreja e da comunidade. O culto principal da igreja medieval era a missa, celebrada segundo um formato estabelecido de palavras, em latim, conhecido como “liturgia”. Os reformadores objetavam a essa liturgia específica porque era em latim, uma língua que a maioria das pessoas leigas não compreendia, e porque o modo como se celebrava a missa exigia suposições teológicas que os reformadores não aceitavam.⁸⁰

Em resumo, as reformas de Lutero na liturgia tiveram um impacto duradouro não apenas no luteranismo, mas em toda a tradição protestante. Sua insistência na centralidade das Escrituras e na participação ativa das pessoas fiéis no culto moldou a prática religiosa de muitas denominações protestantes subsequentes. Ao simplificar a liturgia e enfatizar a pregação e a música congregacional, Lutero procurou criar uma igreja mais fiel às Escrituras e mais acessível a todas as pessoas crentes.

Essas reformas litúrgicas também podem ter influenciado a relação entre Igreja e Estado. Ao enfraquecer a autoridade central da Igreja Católica e promover uma liturgia mais acessível, Lutero reduziu a dependência das pessoas crentes da intermediação clerical. Isso possibilitou que os governantes seculares assumissem um papel mais ativo nas questões religiosas dentro de seus territórios, promovendo uma estrutura onde a autoridade religiosa e política se tornaram mais descentralizadas e diversificadas.

2.2.4 Principais perspectivas de Lutero na Relação entre Igreja e Estado

No pensamento teológico de Martinho Lutero, diversos aspectos ajudam a compreender a relação entre Igreja e Estado. A justificação por graça pela fé, *sola Scriptura* e a liturgia, embora não sejam os temas principais para definir a relação entre Igreja e Estado, oferecem perspectivas que podem ter contribuído para essa relação, especialmente ao promover uma descentralização do poder da Igreja e uma maior liberdade e participação individual. Essas ideias introduzidas por Lutero ajudaram a redefinir a autoridade religiosa, dando mais autonomia aos indivíduos e, em certa medida, influenciando a estrutura política da época.

⁸⁰ MCGRATH, 2014, p. 192.

No entanto, é na teologia do sacerdócio de todas as pessoas crentes, na doutrina dos dois reinos e no conceito dos três estamentos que encontramos os fundamentos mais sólidos para entender a influência do pensamento de Lutero na relação entre Igreja e Estado. Esses conceitos foram cruciais na maneira como Lutero concebia a organização da sociedade e o papel que a fé cristã deveria desempenhar na vida pública e privada.

O sacerdócio de todas as pessoas crentes, por exemplo, rompeu com a ideia de que apenas o clero tinha acesso direto a Deus, afirmando que todas as pessoas cristãs, pela fé em Cristo, tinham esse mesmo acesso e eram igualmente chamadas a servir a Deus em suas vocações. Isso desafiou a estrutura hierárquica da Igreja e sugeriu uma visão mais igualitária da comunidade cristã, onde o poder religioso não estava concentrado em uma elite clerical.

A doutrina dos dois reinos, por sua vez, delineava duas esferas de governo distintos: o reino espiritual, governado pela Igreja e pela Palavra de Deus, e o reino temporal, administrado pelas autoridades civis. Lutero acreditava que ambos os reinos eram necessários, mas que deveriam operar de forma independente, cada um cumprindo o seu papel ordenado por Deus. Essa distinção foi fundamental para o desenvolvimento de uma nova visão sobre o papel do Estado e da Igreja na sociedade, defendendo a ideia de que o governo civil tinha um papel legítimo e necessário na manutenção da ordem, sem a interferência direta da Igreja.

Por fim, o conceito dos três estamentos: Igreja, política (governo civil) e economia (família) ofereceu uma estrutura social onde cada esfera tinha sua própria função e autoridade. Esta visão reforçou a ideia de que a autoridade não deveria ser concentrada em uma única instituição, mas deveria ser distribuída entre as diferentes esferas da vida, cada uma com sua responsabilidade específica, o que contribuiu para uma visão mais equilibrada e descentralizada do poder.

Veremos em detalhes esses três conceitos e sua relação com a Igreja e o Estado no próximo capítulo desta dissertação. Eles serão fundamentais para entender como o pensamento de Lutero moldou as bases da relação entre essas duas instituições, influenciando profundamente a organização política e social da Europa moderna. Ao explorar essas ideias, poderemos compreender melhor como Lutero contribuiu para o desenvolvimento de uma nova ordem social, onde a liberdade individual e a autoridade descentralizada ganharam maior ênfase.

3. A INFLUÊNCIA DE LUTERO NA RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO

Este capítulo tem como objetivo analisar os desdobramentos políticos da teologia de Martinho Lutero e sua contribuição para a redefinição das relações entre Igreja e Estado no contexto da Reforma. A análise parte de uma abordagem histórico-analítica e utiliza, como fontes principais, os escritos do próprio Lutero, especialmente os tratados publicados em 1520, e autores contemporâneos que investigam o impacto de suas ideias no processo de secularização e na construção dos estados confessionais. O capítulo está estruturado em três seções principais: a primeira examina os impactos imediatos da Reforma na configuração do poder religioso e civil; a segunda discute os elementos teológicos fundamentais que mais influenciaram essa relação, com destaque para o sacerdócio universal, a doutrina dos dois reinos e o conceito dos três estamentos; a terceira seção analisa os conflitos e acordos posteriores entre o Estado e as Igrejas da Reforma, evidenciando as ambiguidades e tensões que acompanharam a recepção das propostas de Lutero.

3.1 Impactos imediatos da Reforma na relação Igreja-Estado

3.1.1 O declínio da autoridade Papal

Os duzentos anos que separam 1294 e 1517, desde a ascensão de Bonifácio VIII até a publicação das 95 Teses de Lutero, simbolizam a transição gradual da Idade Média para os tempos modernos, da aceitação generalizada da teocracia papal na Europa Ocidental para a afirmação das independências nacionais, da autoridade suprema do clero para a liberdade intelectual e espiritual individual.⁸¹ Esse período de transição foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e religiosas que gradualmente minaram a autoridade absoluta que o papado detinha sobre a Europa Ocidental.

O poder papal, que outrora se estendia sobre todos os aspectos da vida cotidiana, começou a ser desafiado à medida que as estruturas sociais e políticas da

⁸¹ SCHAFF, Philip; SCHAFF, David Schley. **History of the Christian Church**, vol. 6. New York: Charles Scribner's Sons, 1910. p. 1.

Europa evoluíam. Schaff observa que "os sistemas escolásticos de teologia perdem sua influência compulsiva sobre as mentes humanas e até se tornam objeto de ridículo."⁸² A decadência da escolástica, que anteriormente fundamentava a autoridade intelectual da Igreja, contribuiu para um cenário onde as ideias e a influência papal começaram a ser vistas com crescente ceticismo. Com a perda dessa base intelectual, a Igreja se viu cada vez mais pressionada por movimentos que exigiam mudanças e reformas, que se originavam tanto dentro quanto fora de suas fileiras.

Além disso, os abusos e a corrupção que marcaram a administração da Igreja ao longo da Idade Média também desempenharam um papel crucial nesse declínio. Schaff destaca que "os abusos da Idade Média inicial evocam vozes que exigem reformas com base nas Escrituras e no bem-estar comum da humanidade."⁸³ Esses clamores por reforma não eram mais isolados, mas se espalhavam rapidamente, encontrando eco em várias partes da Europa. A incapacidade do papado de responder de maneira eficaz a essas demandas apenas acelerou seu declínio.

O poder do papado, que havia afirmado a infalibilidade do julgamento e o domínio sobre todos os departamentos da vida humana, foi minado pelos erros, pretensões e mundanidade do próprio papado, como exibido na política de Bonifácio VIII, na transferência da residência papal para Avignon e no desastroso cisma que, por quase meio século, ofereceu à Europa o espetáculo de dois, e às vezes três, papas reinando ao mesmo tempo, todos professando ser os vigários de Deus na terra.⁸⁴

Esses eventos não apenas desacreditaram a figura do Papa, mas também expuseram as falhas internas da Igreja, mostrando uma instituição mais preocupada com o poder temporal do que com sua missão espiritual.

⁸² SCHAFF, 1910. p. 1. (tradução nossa) "The scholastic systems of theology lose their compulsive hold on men's minds, and even become the subject of ridicule. The abuses of the earlier Middle Ages call forth voices demanding reform on the basis of the Scriptures and the common well-being of mankind."

⁸³ SCHAFF, 1910, p. 1. "The scholastic systems of theology lose their compulsive hold on men's minds, and even become the subject of ridicule. The abuses of the earlier Middle Ages call forth voices demanding reform on the basis of the Scriptures and the common well-being of mankind." (tradução nossa)

⁸⁴ SCHAFF, 1910. p. 1-2. "The power of the papacy, which had asserted infallibility of judgment and dominion over all departments of human life, was undermined by the mistakes, pretensions, and worldliness of the papacy itself, as exhibited in the policy of Boniface VIII., the removal of the papal residence to Avignon, and the disastrous schism which, for nearly half a century, gave to Europe the spectacle of two, and at times three, popes reigning at the same time and all professing to be the vicegerents of God on Earth." (tradução nossa)

Com o passar do tempo, as alterações no equilíbrio de poder se tornaram mais evidentes. As alterações no equilíbrio de poder impactaram profundamente a relação entre a Igreja e os governos seculares.

Ao final da primeira década do século XVI, uma transformação fundamental de poder na Europa estava praticamente concluída. A influência do papa havia diminuído enquanto o poder dos governos seculares europeus havia aumentado.⁸⁵

Esse deslocamento de poder foi facilitado pelo surgimento dos Estados-nação, que começaram a afirmar sua independência frente à autoridade papal. Os monarcas europeus, buscando consolidar seu poder, começaram a resistir à interferência papal em seus assuntos internos, o que enfraqueceu ainda mais a posição da Igreja. Além disso:

A desesperança de esperar qualquer reforma permanente do papado e da hierarquia foi demonstrada nos últimos anos do período, 1460–1517, quando a Roma eclesiástica ofereceu um espetáculo de corrupção moral e queda espiritual, que foi comparado à era corrupta do Império Romano.⁸⁶

A corrupção desenfreada e a falta de liderança espiritual por parte dos papas desse período reforçaram a percepção de que a Igreja estava em declínio, abrindo caminho para movimentos reformadores que questionariam e, eventualmente, romperiam com a autoridade papal.

Esse contexto de declínio do poder papal preparou o terreno para a Reforma protestante, liderada por Martinho Lutero, que viria a desafiar frontalmente a autoridade da Igreja e estabelecer novas bases para a fé cristã na Europa. A publicação das 95 Teses de Lutero não foi apenas um ato isolado, mas sim o ponto culminante de um processo secular de desilusão com a autoridade papal, que já havia sido corroída por uma combinação de fatores políticos, intelectuais e morais.

3.1.2 O fortalecimento dos Estados Nacionais

O fortalecimento dos Estados nacionais durante o período da Reforma protestante foi um processo complexo, caracterizado pela crescente afirmação do

⁸⁵ MCGRATH, 2014, p. 20.

⁸⁶ SCHAFF, 1910, p. 2. “The hopelessness of expecting any permanent reform from the papacy and the hierarchy was demonstrated in the last years of the period, 1460–1517, when ecclesiastical Rome offered a spectacle of moral corruption and spiritual fall which has been compared to the corrupt age of the Roman Empire.” (tradução nossa)

poder dos príncipes e magistrados civis sobre a autoridade eclesiástica. Esse movimento representou uma reconfiguração do equilíbrio de poder na Europa, à medida que os líderes seculares começaram a desafiar a influência predominante da Igreja Católica e a afirmar sua própria soberania.

Trueman observa que “os príncipes afirmaram a autoridade suprema sobre os cidadãos dentro de seus domínios e insistiram nas obrigações das igrejas para com o estado.”⁸⁷ Essa afirmação de autoridade pelos governantes locais foi uma resposta direta à crise de legitimidade que a Igreja enfrentava, exacerbada pelas demandas de reforma que ecoavam por todo o continente. Os líderes seculares começaram a ver a oportunidade de consolidar seu poder, não apenas sobre seus súditos, mas também sobre as instituições religiosas que operavam dentro de suas fronteiras.

Lutero, percebendo que a Igreja não se reformaria por conta própria, buscou apoio nas autoridades seculares.

Percebendo que a igreja não iria reformar a si mesma, Lutero se voltou ao magistrado civil a fim de conseguir isso em Um Apelo à Nobreza Germânica. Dado que ele viu muito da confusão da época como sendo originada na incursão da igreja em áreas que pertenciam ao magistrado civil propriamente, Lutero argumentou que os magistrados precisavam reaver o que lhes pertencia, abrindo então o caminho para a igreja ser novamente uma entidade verdadeiramente espiritual.⁸⁸

Este apelo às autoridades civis foi um passo crucial no processo de enfraquecimento do poder papal e no fortalecimento dos Estados nacionais, pois permitiu que os governantes tomassem para si a responsabilidade de reforma e controle das igrejas em seus territórios. Além disso, as reformas propostas por Lutero e outros reformadores como Zwinglio não eram apenas uma questão de doutrina, mas também de governança. “Para as reformas, Lutero apelou à nobreza alemã, e Zwinglio ao conselho da cidade de Zurique, ressaltando os benefícios que adviriam a ambos os lados como consequência”.⁸⁹ Este apoio mútuo entre reformadores e líderes seculares criou uma aliança que reforçou o poder dos estados em detrimento da Igreja, consolidando a independência das igrejas nacionais e enfraquecendo o controle centralizado de Roma.

⁸⁷ SCHAFF, 1910. p. 2. “Princes asserted supreme authority over the citizens within their dominions and insisted upon the obligations of churches to the state.” (tradução nossa)

⁸⁸ TRUEMAN, 2017, p. 45-46.

⁸⁹ MCGRATH, 2014, p. 21.

A Revolta dos Camponeses de 1524-1525 exemplifica como essas mudanças no poder foram acompanhadas de conflitos violentos. Trueman descreve da seguinte maneira.

A Revolta dos Camponeses, um grande surto de rebelião pelos territórios germânicos do Sacro Império Romano. Os rebeldes eram unidos por uma lista de injustiças econômicas, muitas delas focadas na corrupção da igreja. Assim, foi natural que eles usassem o estilo retórico luterano de liberdade, e que muitos deles (não todos) esperassem que Lutero falasse por eles. Depois da simpatia inicial pela causa, temeroso pelo caos e pela anarquia, e preocupado pelo fato de os camponeses terem, contra seu conselho, apelado para a violência, Lutero os atacou duramente e publicou um de seus tratados mais notórios: Uma Admoestação à Paz, Contra as Hostes Camponesas Ladrões e Assassinas, a qual foi um chamado aos nobres para suprimir a rebelião de forma tão feroz quanto fosse necessário.⁹⁰

Esse episódio ilustra como os líderes seculares, apoiados por figuras reformadoras como Lutero, começaram a usar seu poder recém-fortalecido para manter a ordem e a autoridade dentro de seus estados, muitas vezes à custa de movimentos populares que buscavam mudanças sociais e econômicas.

Dessa forma, o fortalecimento dos Estados nacionais foi não apenas uma consequência da Reforma, mas também um catalisador para a transformação das relações entre Igreja e Estado. Os governantes, ao assumirem o controle das igrejas locais e ao se posicionarem como defensores da ordem e da reforma, criaram as bases para o moderno sistema de estados-nação independentes, onde a autoridade religiosa foi subordinada ao poder secular.

3.2 A teologia de Lutero mais importante na redefinição da relação igreja-estado

3.2.1 O sacerdócio de todos os crentes e sua influência na autonomia individual

O conceito de sacerdócio de todas as pessoas crentes, desenvolvido por Martinho Lutero, representou uma mudança significativa na forma como as pessoas cristãs passaram a compreender seu papel na fé e na estrutura da Igreja. Durante os primeiros momentos da Reforma, Lutero já demonstrava grande desconfiança em

⁹⁰ TRUEMAN, 2017, p. 51.

relação ao sacerdócio oficial da Igreja Católica Romana. Ele captou o sentimento anticlerical que se espalhava em várias regiões do norte da Europa.

No coração das primeiras batalhas da Reforma de Lutero em 1518 e 1519, está uma desconfiança básica e um descontentamento do que o sacerdócio formal da igreja católica romana representava. Havia, de qualquer forma, um anticlericalismo significativo no ar do norte da Europa nesse ponto, e as salvas de Lutero contra o elitismo sacerdotal soaram muito bem às multidões.⁹¹

Inicialmente, esse descontentamento era motivado por críticas às práticas corruptas e ao distanciamento do clero das necessidades do povo. Contudo, com o tempo, as críticas de Lutero se aprofundaram e passaram a focar em questões teológicas fundamentais. Em 1520, ele não estava apenas se opondo a abusos específicos, mas questionando a própria estrutura de autoridade da Igreja Católica.

Em 1520, entretanto, sua crítica ao sacerdócio estava se tornando muito mais fundamentada teologicamente. O debate com Maier em Leipzig, em 1519, trouxe questões relativas à autoridade da igreja à frente em sua mente, como as implicações práticas do seu protesto contra as indulgências, e as implicações teológicas de seu entendimento crescente sobre a salvação se tornaram mais claras.⁹²

A doutrina do sacerdócio universal dos crentes, uma doutrina, segundo Wright “definitivamente de origem bíblica, mas classicamente formulada por Lutero, que afirma a dignidade, o chamado e o privilégio comum de todos os cristãos perante Deus”⁹³, desafiou a estrutura hierárquica estabelecida pela Igreja. Ao afirmar que todas as pessoas crentes têm igual dignidade e acesso direto a Deus, Lutero desafiou a ideia de que apenas o clero tinha o direito de mediar entre Deus e as pessoas fiéis. Em vez disso, ele proclamou que o batismo nos consagra igualmente, fazendo de todas as pessoas sacerdotes e sacerdotisas. Compartilhamos a mesma autoridade em relação à Palavra e aos sacramentos, embora ninguém deva administrá-los sem a aprovação dos membros da sua igreja.⁹⁴ Essa ideia simples, mas poderosa, abriu caminho para uma nova compreensão da fé cristã, onde a responsabilidade espiritual não estava mais concentrada nas mãos de uma elite clerical, mas era distribuída entre todas as pessoas crentes.

⁹¹ TRUEMAN, 2017, p. 74.

⁹² TRUEMAN, 2017, p. 74,

⁹³ WRIGHT, D. F. **Novo dicionário de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011, p. 884–885.

⁹⁴ WRIGHT, 2011, p. 885.

Embora Lutero tenha sido o pioneiro ao trazer essa doutrina com tanta ênfase durante a Reforma protestante, ele e seus contemporâneos enfrentaram desafios consideráveis ao tentar implementá-la na prática cotidiana da Igreja. Lutero e a Reforma protestante foram os primeiros a reafirmar esse princípio da doutrina cristã, embora o próprio Lutero, assim como a maioria dos reformadores, não tenha conseguido implementar de forma eficaz o sacerdócio universal na prática da igreja. O catolicismo romano pós-Vaticano também reconhece o sacerdócio de todas as pessoas crentes, mas insiste “na diferença entre esse sacerdócio e o clero ordenado”.⁹⁵ A implementação prática dessa doutrina se mostrou desafiadora, considerando as estruturas e tradições profundamente enraizadas da Igreja. No entanto, a simples formulação dessa ideia teve um impacto duradouro. Ao romper com a doutrina medieval que estabelecia uma separação absoluta entre sacerdotes e pessoas leigas, Mcgrath observa que Lutero propôs que:

A igreja medieval defendia uma distinção absoluta entre sacerdotes e leigos, porém Lutero insiste que essa distinção é funcional, não ontológica. Todos os cristãos são sacerdotes em virtude de seu batismo, fé e evangelho – uma doutrina que geralmente é denominada de “sacerdócio de todos os crentes”.⁹⁶

A importância dessa doutrina fica ainda mais evidente na obra “Discurso à Nobreza Cristã da Nação Alemã”, onde Lutero contesta a exclusividade interpretativa do Papa e dos sacerdotes, afirmando que todos as pessoas crentes têm o direito e a capacidade de interpretar as Escrituras.

Em julho de 1520 escreveu Discurso à Nobreza Cristã da Nação Alemã. Protestava ele que o Papa e seus sacerdotes haviam construído muros artificiais que os protegiam contra qualquer reforma. Embora o Papa e sua hierarquia dissessem ter autoridade exclusiva para interpretar a Escritura, Lutero afirmava o sacerdócio de todo crente.⁹⁷

Esse discurso não só fortaleceu a posição dos crentes individuais, mas também desafiou diretamente a autoridade centralizada da Igreja, promovendo a ideia de que o poder e a responsabilidade espiritual deveriam ser descentralizados.

Lutero também criticou veementemente a separação espiritual entre o clero e os leigos, que havia sido perpetuada pela Igreja Católica ao longo dos séculos. Ele

⁹⁵ GONZÁLEZ, Justo. Breve dicionário de teologia. São Paulo, SP: Hagnos, 2009, p. 295.

⁹⁶ MCGRATH, 2014, p. 173.

⁹⁷ LAWSON, 2013, p. 33.

argumentou que todas as pessoas cristãs pertencem à "categoria espiritual", e que as diferenças entre elas são meramente funcionais, não espirituais.

É uma invenção a ideia de que o papa, os bispos, sacerdotes e monges sejam denominados de "categoria espiritual" [geistliche Stand], enquanto os príncipes, senhores, artesãos e fazendeiros sejam denominados de "categoria secular" [weltliche Stand]. Essa é uma ideia espúria, e ninguém deve temê-la pela seguinte razão. Todos os cristãos verdadeiramente pertencem à categoria espiritual, e não há diferença entre eles exceto pelo seu cargo [Amt]...).⁹⁸

Essa visão radical rejeitou a noção de que o clero ocupava uma posição espiritualmente superior. Lutero enfatizou que:

todos somos sacerdotes consagrados por meio do batismo, como diz S. Pedro: "Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real" (1Pe 2.9)... Portanto, quem tem o status de sacerdote nada mais é que um oficial. Ele tem prioridade enquanto permanece nesse ofício; quando é deposto, torna-se um camponês ou cidadão como todos os demais.⁹⁹

Essa perspectiva igualitária transformou a maneira como as pessoas cristãs passaram a conceber seu papel dentro da Igreja e na sociedade.

A doutrina do sacerdócio de todas as pessoas crentes, portanto, não só fortaleceu os indivíduos dentro da estrutura da Igreja, mas também contribuiu para o desenvolvimento de uma visão de mundo onde as autoridades religiosa e secular poderiam ser questionadas e redistribuídas. Esse pensamento desempenhou um papel crucial na formação da ideia moderna de autonomia individual e pode ter estabelecido bases para o subsequente afastamento entre Igreja e Estado. Ao afirmar que a dignidade e a responsabilidade espiritual não estavam restritas ao clero, mas pertenciam a todas as pessoas crentes, independentemente de sua posição social ou religiosa, Lutero pavimentou o caminho para um novo entendimento sobre a relação entre o indivíduo e as instituições religiosas e seculares.

⁹⁸ WEIMARER AUSGABE (WA). D. Martin Luthers Werke: Kritische Gesamtausgabe. Weimar, 1883–. vol. 6, p. 406–8, citado por MCGRATH, 2014, p. 174.

⁹⁹ MCGRATH, 2014, p. 174, apud WA 6.406–8.

3.2.2 A doutrina dos dois reinos e a separação das esferas de poder

A doutrina dos dois reinos, central no pensamento de Martinho Lutero, propõe uma distinção clara entre duas esferas de poder, Macgrath observa que para Lutero o governo “espiritual de Deus é efetuado por meio da Palavra de Deus e da orientação do Espírito Santo [...] O governo terreno de Deus é efetuado por meio de reis, príncipes e magistrados, por meio do uso da espada e da lei civil.”¹⁰⁰ Esse conceito permitiu que Lutero estabelecesse uma distinção entre a Igreja e o Estado, preservando a autonomia de ambos, mas também sugerindo limites e interdependência entre as esferas. “Os dois reinos são de Deus, ou seja, são regimes ou formas de governos de Deus no mundo, para realização de Sua obra”.¹⁰¹

Lutero sustentava que as autoridades civis eram instituídas por Deus, e, portanto, seus ofícios tinham legitimidade divina para governar as questões temporais. “Lutero considera o magistrado civil como estabelecido por Deus. O ofício também tem sanção divina e carrega autoridade significativa em sua esfera designada”.¹⁰² No entanto, essa autoridade tinha limites claros. A pessoa cristã não deveria obedecer cegamente a um magistrado, especialmente se as ordens deste ultrapassassem sua esfera de atuação. “Lutero ensina que o cristão pode se recusar a cumprir uma ordem do magistrado civil se esta sai de sua esfera de autoridade”.¹⁰³ Isso demonstra que, para Lutero, a pessoa cristã não deve se submeter a qualquer autoridade que contrarie a moralidade cristã ou invada o campo espiritual reservado à Igreja.

A distinção entre os dois reinos era essencial para a vida cristã, mas não significava uma separação absoluta. “A distinção – não a confusão nem a separação – dos dois reinos é necessária pela própria relação do ser humano cristão com o mundo. A pessoa cristã está no mundo, mas não é do mundo”.¹⁰⁴ Lutero entendia que tanto o governo espiritual quanto o temporal eram necessários e complementares, mas deveriam ser mantidos em suas respectivas funções para evitar confusões ou abusos de poder. Ele também criticava aqueles que distorciam a doutrina ao confundirem as esferas ou ao separá-las completamente. “Ele entende que nem o

¹⁰⁰ MCGRATH, 2014, p. 243-244.

¹⁰¹ WACHHOLZ, 2016, p. 1205.

¹⁰² TRUEMAN, 2017, p. 188.

¹⁰³ TRUEMAN, 2017, p. 189.

¹⁰⁴ WACHHOLZ, 2016, p. 1026.

caminho dos reformadores radicais nem dos romanistas condiz com os princípios cristãos, pelo fato de confundirem ou separarem os dois reinos".¹⁰⁵

A questão de como as pessoas cristãs deveriam conciliar a obediência a Cristo com a submissão às autoridades civis também estava no cerne desse debate. Lutero enfrentou o dilema de como as pessoas cristãs poderiam viver em uma sociedade secular sem comprometer sua fé. "A vida cristã não é vivida em separação da esfera política terrena, como se o unir-se a uma igreja exigisse o repúdio da sociedade em geral".¹⁰⁶ No entanto, a obediência ao Estado deveria ser limitada pela legitimidade das ações do magistrado civil dentro de sua esfera secular. Lutero abordou essa complexidade com a famosa frase de Cristo sobre dar "a César o que é de César" (Mt 22:21), mas questionava: "O que exatamente é a propriedade de César?".¹⁰⁷ Esse dilema se tornava mais urgente em situações extremas, como a de um governante tirânico, e levantava a dúvida de até que ponto a pessoa cristã deveria obedecer às autoridades.

A interação entre a Igreja e o Estado também ganhou relevância durante a Reforma, quando Lutero se voltou para a nobreza em busca de apoio. Diante não apenas da recusa da Igreja em adotar as reformas que ele propunha, mas também das tentativas de silenciá-lo, o reformador buscou apoio na nobreza, que era a única força capaz de promover a Reforma.¹⁰⁸ Esse movimento de aliança com o poder secular reflete o pragmatismo de Lutero ao integrar sua visão espiritual com as realidades políticas de sua época. No entanto, Lutero também criticou a concentração de poder no papado, afirmando que a autoridade secular deveria ter um papel na reforma da igreja. No tratado *Um Apelo à Nobreza Germânica*, ele argumentou que o papado havia erguido barreiras artificiais para se proteger de reformas vindas das autoridades seculares, o que fortalecia o poder clerical às custas do poder civil.¹⁰⁹

A interconexão entre a Igreja e o Estado na Europa medieval, onde todos eram batizados na mesma igreja desde o nascimento, resultou em uma identidade comum entre ambos os reinos. "O fim da igreja e do Estado como entidades associadas é, em si mesmo, o resultado da revolução teológica e social da qual Lutero era uma parte

¹⁰⁵ WACHHOLZ, 2016, p. 1026.

¹⁰⁶ TRUEMAN, 2017, p. 189.

¹⁰⁷ TRUEMAN, 2017, p. 183.

¹⁰⁸ TRUEMAN, 2017, p. 183.

¹⁰⁹ TRUEMAN, 2017, p. 185, apud ATKINSON, **Luther's Works**: The Christian in Society I, 1966, p. 126

tão importante no século 16".¹¹⁰ A distinção dos reinos proposta por Lutero desafiou essa fusão, propondo que o Estado e a Igreja deveriam seguir caminhos distintos, com o poder civil cuidando das questões temporais e o espiritual das questões da fé, no entanto, tanto o reino espiritual e terreno, continuam fazendo parte do governo de Deus, pois é Ele que governa através dos dois reinos distintos.

Além disso, o pensamento de Lutero pode nos fornecer uma chave para compreender a relação assimétrica entre governantes e governados. "O pensamento de Lutero pode nos ajudar a olhar a assimetria entre o que ocupa o cargo político e a relação com os seus governados, restaurando a sua doutrina dos dois reinos/regimentos à luz de Lei e Evangelho".¹¹¹ Essa abordagem enfatiza que os governantes, no reino temporal, têm suas ações pautadas pela justiça e a ordem, enquanto o reino espiritual cuida da alma e da salvação.

Finalmente, a relação entre religião e Estado se estrutura de forma distinta na doutrina dos dois reinos. Lutero explicou que o governo espiritual se impõe através da Palavra de Deus e do Espírito Santo, enquanto o governo terreno é exercido por reis, príncipes e juízes, utilizando leis e a espada para manter a ordem civil.

A relação entre Religião e Estado, Lutero usou a teoria ou ensinamentos de 'dois reinos' ou 'dois governos'. Lutero traçou uma distinção entre o governo 'espiritual' derivado de Deus [...] e o governo 'terreno' de Deus imposto através de reis, príncipes e juízes usando a espada e as leis do Estado¹¹².

Além disso, Lutero também enfatizou a diferença entre as concepções humanas e divinas de "verdade" e "justiça", um ponto central em sua "teologia da cruz". Ele argumentava que a justiça divina desafia as realidades terrenas e que Deus estabelece ordem no mundo para conter o pecado e promover a paz, sempre com base na palavra divina. A justiça de Deus desafia todas as realidades terrenas. Para Lutero, a ordem seria estabelecida para promover a paz e conter o pecado, tudo fundamentado na palavra divina, refletindo o desejo de Deus de edificar e sustentar o mundo.¹¹³

¹¹⁰ TRUEMAN, 2017, p. 183.

¹¹¹ PRUNZEL, 2018, p. 15.

¹¹² SIRAIT, 2019, p. 104. "The relationship between Religion and State, Luther used the theory or teachings of "two kingdoms" or "two governments". Luther drew a distinction between god-derived "spiritual" government imposed through the word of God and the guidance of the holy spirit, and the "earthly" government of God imposed through kings, princes and judges using the sword and the laws of the State."

¹¹³ SIRAIT, 2019, p. 104

A doutrina dos dois reinos de Martinho Lutero exerceu influência sobre a relação entre Igreja e Estado ao estabelecer uma distinção entre os domínios espiritual e temporal. Ao argumentar que ambos os reinos são ordenados por Deus, mas com funções distintas, a Igreja cuidando da salvação e o Estado mantendo a ordem social, Lutero forneceu bases teológicas para a autonomia mútua dessas esferas. Essa distinção pode ter influenciado a formação do pensamento político moderno, que irá promover a ideia de que a autoridade civil não deve interferir nas questões religiosas e vice-versa, que contribuirá para o desenvolvimento da separação entre Igreja e Estado em muitos contextos posteriores.

3.2.3 O conceito dos três estamentos e a estrutura social

No pensamento de Martinho Lutero, os três estamentos constituem uma visão distinta sobre a organização da sociedade. Para ele, esses três estamentos: a Igreja (reino espiritual), o governo civil (reino temporal) e a família (economia doméstica), eram esferas fundamentais de atuação divina no mundo. Cada um desses estamentos tem uma função específica, organizando a vida da pessoa cristã e refletindo a ordem de Deus. Lutero acreditava que Deus governava o mundo por meio desses estamentos, servindo-se das pessoas como instrumentos divinos para a preservação e melhoria da criação. "Deus governa o mundo através dos regimentos secular e espiritual, valendo-se dos estamentos e dos seres humanos e seus ministérios como instrumentos para preservação da criação".¹¹⁴

3.2.3.1 O estamento espiritual (a igreja)

O primeiro estamento, o governo espiritual, refere-se à Igreja e ao seu papel no cuidado com a alma e a salvação das pessoas. Para Lutero, a autoridade espiritual exercida pela Igreja envolvia a pregação da Palavra de Deus e a administração dos sacramentos. No entanto, ele rejeitava a ideia de que aqueles que ocupavam posições de liderança dentro da Igreja tinham, por si mesmos, qualquer santidade especial.

Para Lutero, o ministério cristão deriva sua importância a partir do fato de que os homens envolvidos são separados para a administração da Palavra e dos

¹¹⁴ WACHHOLZ, 2017, p. 20.

sacramentos. Não há nada intrinsecamente santo sobre os próprios homens, nem qualquer coisa meritória sobre o chamado. Eles são instrumentos na obra de Deus.¹¹⁵

Esse entendimento do ministério como serviço talvez tenha reforçado a distinção entre os poderes espiritual e temporal, sugerindo que cada um tem seu papel distinto no governo do mundo. Lutero via a Igreja como o instrumento central na administração espiritual, sem que isso significasse que o clero tivesse um poder absoluto sobre as pessoas crentes ou sobre os assuntos temporais. "Um dos aspectos mais atrativos do entendimento de Lutero da vida cristã é a maneira na qual isso se conecta com o mundo real".¹¹⁶

3.2.3.2 O estamento temporal (o governo civil)

O segundo estamento, o governo temporal, incluía o poder político, cuja função principal era manter a paz e a ordem na sociedade. Lutero reconhecia que Deus havia instituído o governo civil para conter o pecado e promover o bem comum. "Lutero emprega o conceito 'estamentos' tendo no horizonte a sociedade em sua dimensão cultural e a cooperação mútua das pessoas cristãs".¹¹⁷ A relação entre o governo civil e a Igreja, nesse sentido, poderia ser interpretada como uma cooperação entre os estamentos, na qual ambos contribuíam para o bem-estar da sociedade em suas respectivas esferas de atuação.

A ética política de Lutero não se resumia à simples obediência às autoridades temporais, mas envolvia uma relação de cooperação e respeito entre as diferentes esferas. "A ética política de Lutero não deve, contudo, ser reduzida e normatizada a partir da obediência à autoridade. A conjugação entre obediência à autoridade e cooperação através dos estamentos caracteriza a ética política em Lutero".¹¹⁸ Dessa forma, talvez se possa afirmar que Lutero contribuiu para a construção de uma visão de poder segundo a qual a autoridade civil e a eclesiástica cooperavam, mas sem que uma dominasse a outra.

3.2.3.3. O estamento doméstico (a família)

¹¹⁵ TRUEMAN, 2017, p. 187.

¹¹⁶ TRUEMAN, 2017, p. 201.

¹¹⁷ WACHHOLZ, 2017, p. 20.

¹¹⁸ WACHHOLZ, 2017, p. 21.

O terceiro estamento, o governo da casa ou economia doméstica, refere-se à família e à educação das futuras gerações. Lutero concebia a família como um espaço sagrado onde as pessoas cristãs viviam sua vocação e transmitiam os ensinamentos cristãos aos filhos e às filhas. A família, nesse sentido, desempenhava um papel essencial tanto na esfera espiritual quanto na temporal. "Os estamentos são instrumentos de Deus, através dos quais os seres humanos cooperam para o melhoramento do mundo".¹¹⁹

Lutero preferia focar seu pensamento social em torno das vocações e do papel dos indivíduos em seus trabalhos. No entanto, ele não conseguia tratar as ocupações apenas em um nível pessoal, sem considerar o contexto social mais amplo.

Lutero reconhecia três áreas principais nas relações humanas, todas boas, uma vez que haviam sido instituídas por Deus na criação, antes da queda do homem. Essas três são a eclesiástica, a política e a doméstica; incluindo a econômica, que Lutero compreendia fundamentalmente em relação a criar uma família. Dentre elas, somente a eclesiástica ocupava seu pensamento teórico com mais detalhes.¹²⁰

Ao reconhecer a família como um estamento instituído por Deus, Lutero conferiu à vida doméstica uma dignidade teológica até então ofuscada pela valorização exclusiva da vida religiosa monástica. Sua ênfase na educação, na responsabilidade mútua e na vivência da fé no cotidiano doméstico revela uma visão abrangente da espiritualidade cristã, que integra todas as dimensões da existência. O lar, nesse contexto, não é apenas um espaço privado, mas um campo concreto de atuação da fé, onde se expressam vocações, se formam consciências e se constrói uma ética de serviço e cuidado mútuo, fundamental para a ordem social desejada por Lutero.

3.2.3.4 A influência dos três estamentos na relação entre Igreja e Estado

Lutero concebia os três estamentos como formas de organização social e espiritual criadas por Deus para governar o mundo e ordenar a vida humana. Sua interpretação dos estamentos influenciou a compreensão a distinção das esferas de poder entre a Igreja e o Estado. "A doutrina dos três estamentos de Lutero refere-se

¹¹⁹ WACHHOLZ, 2017, p. 22.

¹²⁰ BANTON, 2017, p. 242-243.

à maneira como ele interpreta para sua época a proto-história bíblica em termos da teologia da criação, da teologia do pecado e da ética social".¹²¹ Ao destacar que cada estamento tem uma função dada por Deus, Lutero talvez tenha contribuído para a ideia de que o governo civil e a Igreja não deveriam interferir nos domínios um do outro, mas sim atuar em cooperação para o bem comum.

Essa compreensão contribui para superar visões reducionistas da relação entre Igreja e Estado, propondo um modelo baseado na interdependência e nos limites vocacionais de cada esfera. Em vez de competir por domínio, os estamentos revelam um horizonte de cooperação, em que o serviço cristão se manifesta tanto na administração pública quanto na vida eclesial e familiar. Ao integrar essas dimensões sob a perspectiva da criação e do chamado divino, Lutero oferece uma teologia social que legitima a pluralidade de funções na sociedade, ao mesmo tempo em que promove um ethos de responsabilidade recíproca, capaz de sustentar o tecido comunitário com base na justiça e na solidariedade.

3.3 A redefinição da relação Igreja-Estado sob a influência de Lutero

A Reforma protestante trouxe mudanças à relação entre Igreja e Estado. O pensamento de Martinho Lutero desempenhou um papel crucial nesse processo ao desafiar a autoridade central da Igreja Romana e propor uma nova forma de entender a interação entre a fé cristã e o poder civil. Suas ideias teológicas impactaram tanto a estrutura eclesiástica quanto as estruturas políticas da Europa, estabelecendo os princípios que iriam moldar a relação entre as esferas espiritual e temporal.

A redefinição proposta por Lutero não significou uma simples separação entre o espiritual e o temporal, mas sim uma nova compreensão da autoridade e da vocação cristã no mundo. Ao distinguir os campos de atuação da Igreja e do Estado, Lutero introduziu uma forma de organização social que valorizava tanto a liberdade da consciência quanto a responsabilidade coletiva, desafiando o monopólio eclesiástico sobre a esfera pública. Essa nova perspectiva permitiu aos governantes civis assumir um papel ativo na promoção da ordem e da justiça, sem reivindicar domínio sobre as questões da fé. Ao mesmo tempo, a Igreja foi chamada a recuperar sua missão profética, não mais como poder institucional dominante, mas como espaço de

¹²¹ BAYER, 2007, p. 88.

testemunho, serviço e discernimento ético diante das transformações sociais e políticas do século XVI.

3.3.1 As propostas de reforma política de Lutero

Lutero defendia que tanto a Igreja quanto o Estado eram instituições divinamente ordenadas, mas que deviam operar em esferas distintas, cada uma com sua função própria. Ele traçou uma distinção clara entre o "governo espiritual" e o "governo terreno". O governo espiritual, regido pela Palavra de Deus e pelo Espírito Santo, se ocupava das questões de fé e salvação. Já o governo terreno, comandado por reis, príncipes e juízes, lidava com a administração da justiça e da ordem civil:

Lutero traçou uma distinção entre o governo 'espiritual' derivado de Deus, imposto através da palavra de Deus e da orientação do Espírito Santo, e o governo 'terreno' de Deus, imposto através de reis, príncipes e juízes usando a espada e as leis do Estado.¹²²

Além dessa distinção, Lutero introduziu uma visão mais complexa sobre a relação entre Igreja e Estado. Ele concebia o "reino de Cristo" como o comportamento das pessoas guiadas pelo Espírito Santo, em contraste com o "reino do mundo", onde as pessoas são controladas por leis civis e governo. Bainton escreve: "Com respeito às relações entre igreja e Estado, o assunto é complicado, pois Lutero introduziu dois outros entes que não equivalem nem à primeira nem ao último. Ele os chamava de reino de Cristo e reino do mundo".¹²³ Bainton ainda observa que o "reino de Cristo é o modo como os homens se comportam quando são movidos pelo espírito de Cristo, e o reino do mundo é o modo como os homens se comportam quando não são contidos por leis e pelo governo"¹²⁴

Inicialmente, Lutero acreditava que as autoridades eclesiásticas, como o papa, a cúria e os bispos, seriam capazes de realizar as reformas necessárias para corrigir os abusos da Igreja. No entanto, ele logo percebeu que essas autoridades não estavam dispostas a implementar mudanças. Foi então que Lutero apelou ao

¹²² SIRAIT, 2019, p. 104. (tradução nossa) "Luther drew a distinction between the 'spiritual' government derived from God imposed through the word of God and the guidance of the Holy Spirit, and the 'earthly' government of God imposed through kings, princes, and judges using the sword and the laws of the state"

¹²³ BAINTON, 2017, p. 248.

¹²⁴ BAINTON, 2017, p. 248.

imperador e aos nobres alemães, incitando-os a assumir essa responsabilidade. Ele não pretendia entregar a Igreja ao Estado, mas lembrava aos nobres seus deveres como cristãos, Fischer observa que:

No princípio, Lutero esperava essa 'reforma' das autoridades eclesiásticas constituídas, o papa, a Cúria, os cardeais, arcebispos e bispos. No entanto, rapidamente se convenceu de que não podia contar com eles. Havia, pois, uma situação de emergência. Por isso apelou ao imperador e aos nobres alemães. Não pensava em entregar, dessa maneira, a Igreja ao Estado ou aos políticos. Mas lembrou os nobres de seus deveres pessoais como cristãos conscientes e membros da Igreja, chamados a tomar a iniciativa somente devido à omissão da hierarquia.¹²⁵

Com isso, Lutero se tornou um porta-voz dos anseios nacionais, recebendo apoio de várias camadas da sociedade alemã. Seu apelo à nobreza cristã foi amplamente divulgado e reeditado em diversas cidades. Fischer ainda observa que:

Lutero recebeu apoio em todas as camadas sociais como porta-voz dos anseios nacionais. Ainda no ano de 1520, houve ao todo 11 reedições de seu escrito, impressas nas cidades de Leipzig, Augsburg, Basileia e Estrasburgo, além de Wittenberg. Para os representantes da ordem que atacara, no entanto, Lutero era um revolucionário muito perigoso. Menos de cinco meses após a publicação do apelo à nobreza cristã, foi excomungado pelo papa, através da bula *Decet Romanum Pontificem* (3 de janeiro de 1521).¹²⁶

Além disso, Lutero via as esferas espiritual e temporal como interdependentes, mas fundamentalmente distintas em termos de jurisdição. Para ele, o Estado tinha a responsabilidade de garantir a paz e a justiça, mas não de interferir nas questões de fé: "Nenhum dos reinos governa o outro, apesar da sobreposição aparente".¹²⁷ Lutero acreditava que cada um tinha sua função, e qualquer tentativa de um governo se sobrepor ao outro era contrária à ordem estabelecida por Deus. Assim, mesmo defendendo a independência das duas esferas, ele reconhecia a importância de ambas no plano divino.

¹²⁵ FISCHER, 2017, p. 277.

¹²⁶ FISCHER, 2017, p. 277.

¹²⁷ BURRESON, 2017, p. 16. (tradução nossa) "Neither of the kingdoms governs the other, despite the apparent overlap".

3.3.2 Reações dos governantes e das autoridades eclesiásticas

As propostas de Lutero para a distinção das esferas espiritual e temporal enfrentaram forte resistência das autoridades eclesiásticas. O impacto de suas ideias foi sentido principalmente na Igreja Romana, que via a sua autoridade espiritual ameaçada. Para o papado, as proposições de Lutero representavam uma clara tentativa de minar o controle espiritual que a Igreja exercia sobre as esferas seculares. Sirait observa isso ao escrever que "para o papado, as proposições de Lutero representavam uma erosão do controle espiritual sobre os assuntos seculares e uma redução da influência papal nas decisões políticas".¹²⁸

Lutero argumentava que o Estado tinha o papel legítimo de governar no reino temporal e de garantir a paz e a justiça, mas sem interferir nas questões espirituais, que eram responsabilidade exclusiva da Igreja. Isso, porém, gerou uma grande inquietação dentro da hierarquia da Igreja Romana, que enxergava nas propostas de Lutero um ataque direto à sua autoridade secular.

Os líderes políticos, especialmente na Alemanha, tiveram reações mistas. Muitos príncipes e nobres alemães adotaram as ideias de Lutero não apenas por motivos religiosos, mas também como uma oportunidade de se libertarem da influência papal e reforçarem seu controle sobre os territórios locais. Prunzel constata isso ao escrever que "os príncipes alemães se apropriaram das ideias de Lutero não apenas por motivos religiosos, mas também para reforçar o poder local e libertar-se da autoridade papal".¹²⁹

Para Lutero, no entanto, a Igreja não devia submeter-se ao Estado, e ele se posicionava fortemente contra qualquer tentativa de dominação da Igreja por parte do poder secular. "A subserviência por parte da igreja perante o magistrado era repugnante para Lutero. O ministro é encarregado de ser o mentor do magistrado."¹³⁰

A posição de Lutero era clara: ele defendia que os governantes deviam respeitar a autonomia espiritual da Igreja, mas que esta tinha o dever de exortar e advertir os governantes quando necessário. Ele argumentava que a Igreja tinha um papel profético na sociedade, similar ao que Jesus demonstrou ao repreender Pilatos,

¹²⁸ SIRAIT, 2019, p. 108. (tradução nossa) "For the papacy, Luther's propositions represented an erosion of spiritual control over secular affairs and a reduction of papal influence in political decisions".

¹²⁹ PRUNZEL, 2018, p. 15.

¹³⁰ BANTON, 2017, p. 251.

reconhecendo sua autoridade, mas criticando sua conduta injusta: "Cristo instruiu a nós, pregadores, que não retivéssemos a verdade dos senhores, mas que os exortássemos e repreendêssemos em sua injustiça."¹³¹

Por outro lado, as autoridades civis alemãs viam nas ideias de Lutero a possibilidade de maior independência política e econômica. A Reforma representou uma oportunidade para os nobres reforçarem sua autonomia em relação à autoridade papal, o que tornou as ideias de Lutero ainda mais atraentes para os governantes locais. Muitos nobres passaram a apoiar Lutero, não apenas por questões de fé, mas também para ampliar o controle sobre seus territórios, eliminando a influência do Papa.

No entanto, Lutero não defendia que a Igreja ficasse completamente isolada do Estado. Ele acreditava que, se os governantes fossem cristãos sinceros, eles poderiam colaborar com a Igreja na promoção do bem-estar espiritual e moral da sociedade, desde que respeitassem a distinção das esferas.

Em última instância, apesar das resistências, as ideias de Lutero sobre a relação entre Igreja e Estado acabaram moldando o pensamento político e religioso na Europa. Sua doutrina dos dois reinos desafiava a centralização do poder e oferecia uma nova estrutura de organização para as sociedades cristãs, onde o Estado e a Igreja deviam operar de forma autônoma, mas interdependente, cada um em sua própria esfera.

3.3.3 Conflitos e acordos entre Estado e Igrejas Reformatórias

As igrejas da Reforma enfrentaram uma série de desafios e conflitos ao tentarem aplicar os princípios de Lutero à prática política e social. Embora Lutero tenha proposto uma distinção clara entre as esferas espiritual e temporal, essa distinção nem sempre foi seguida de maneira simples ou uniforme pelas igrejas da Reforma. Governantes e líderes religiosos tiveram que negociar constantemente o equilíbrio entre o poder civil e a autoridade eclesiástica.

Lutero, apesar de não ser um teórico político formal, ajustou suas ideias às realidades políticas de seu tempo. Seu pensamento político pode ser compreendido mais como uma reação às condições da época do que uma doutrina desenvolvida de

¹³¹ BAINTON, 2017, p. 251.

forma sistemática. McGrath escreve que "Lutero não era um pensador político, e suas vivências limitadas e deficientes nesse campo são mais bem compreendidas como uma tentativa de se acomodar às realidades políticas do seu tempo".¹³²

Para McGrath a relação de Lutero com o poder político refletia essa acomodação pragmática. Ele apelou aos nobres alemães, que tinham o poder de implementar as reformas que ele desejava. Se o poder estivesse nas mãos de outro grupo, ele provavelmente teria apelado a eles. "Lutero apelou a um grupo específico de poder; mas se fosse um grupo diferente que tivesse poder político, ele quase certamente teria apelado a esse grupo e justificado a existência dele."¹³³

Em contraste com Lutero, outros reformadores, como Zwínglio e Calvino, tinham diferentes concepções sobre a relação entre Igreja e Estado. Enquanto Lutero tinha uma tendência monarquista, Zwínglio, por exemplo, concebia os monarcas como potencialmente tirânicos. Bucer, por sua vez, tinha que navegar entre as diferentes formas de governo para não ofender os interesses de cada um: "A teologia de Lutero reflete uma forma de governo monárquica e a de Zuínglio uma forma oligárquica, Bucer precisava andar cautelosamente para não ofender nenhum desses dois governos".¹³⁴

No caso de João Calvino, a edição de 1536 das *Institutas* reconhecia todas as formas de governo como igualmente legítimas, contanto que cumprissem seu ofício divino. Esse pragmatismo político diferenciava Calvino de Lutero e outros reformadores: "Qualquer forma de governo – seja monarquia, aristocracia ou democracia – é igualmente legítima e igualmente competente para desempenhar seu ofício divinamente instituído".¹³⁵

Enquanto Lutero e outros reformadores buscavam um equilíbrio entre Igreja e Estado, a Reforma radical compreendia a Igreja como uma "sociedade alternativa" que existia em oposição ao mundo e aos poderes estabelecidos. Segundo McGrath Menno Simons, por exemplo, concebia a Igreja como uma congregação de pessoas santas, em contramão com o mundo secular, e os anabatistas, de forma geral, se consideravam perseguidos pelos "antagonistas" do poder temporal, identificados com o anticristo:

¹³² MCGRATH, 2014, p. 247.

¹³³ MCGRATH, 2014, p. 247.

¹³⁴ MCGRATH, 2014, p. 248.

¹³⁵ MCGRATH, 2014, p. 247.

A Reforma radical concebia a igreja como uma 'sociedade alternativa' dentro da cultura da Europa do século 16. Assim como a igreja pré-Constantino existira dentro do Império Romano, mas se recusara a se conformar aos seus padrões, do mesmo modo a Reforma radical se imaginava existindo em paralelo ao seu ambiente do século 16, mas não dentro dele.¹³⁶

Esse pensamento diferia significativamente da abordagem mais pragmática de Lutero, que reconhecia a necessidade de cooperação entre governantes e a Igreja, contanto que ambas as esferas respeitassem seus limites.

Embora os reformadores concordassem com a importância de manter uma distinção entre Igreja e Estado, os conflitos surgiram em torno de como essa distinção deveria ser implementada. Em última análise, Lutero e os reformadores tiveram que negociar constantemente as realidades políticas de suas respectivas regiões, resultando em uma variedade de acordos e conflitos entre as igrejas reformatórias e os governantes temporais.

¹³⁶ MCGRATH, 2014, p. 238.

4. A INFLUÊNCIA CONTÍNUA DE LUTERO NA RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO: DESAFIOS, TENSÕES E PERSPECTIVAS

O pensamento de Martinho Lutero se destaca como um dos principais marcos teológicos e históricos da Reforma Protestante, provocando transformações profundas não apenas na religião, mas também na cultura e nas estruturas sociais. Apesar de suas ideias terem tido impactos significativos na política e na organização social, McGrath observa que “Lutero não era um pensador político”.¹³⁷ Sua teologia foi desenvolvida em um contexto de conflitos religiosos e de debates intensos sobre a autoridade da Igreja, e suas implicações políticas foram, muitas vezes, consequências indiretas de suas ideias.

Ainda assim, a influência de Lutero é amplamente reconhecida, tanto no campo teológico quanto na Reforma como um todo. Como afirma McGrath, “a influência de Lutero é imensa sobre praticamente todos os aspectos do pensamento da Reforma. Suas abordagens à interpretação bíblica, à doutrina da justificação, à igreja e aos sacramentos permanecem como marcos teológicos”.¹³⁸ Esses marcos proporcionaram novos entendimentos sobre o papel da fé, da autoridade e da liberdade, que ressoaram na vida e na prática religiosa das comunidades cristãs e, por extensão, nas estruturas sociais.

O próprio Lutero atribuía o sucesso de sua obra não a estratégias ou planejamentos humanos, mas à força intrínseca da Palavra de Deus. Atkinson escreve que “não poderíamos resumir a obra da vida de Lutero em palavras melhores do que as dele próprio: ‘Eu simplesmente ensinei, preguei, escrevi a Palavra de Deus: não fiz nada... a Palavra fez tudo!’”.¹³⁹ Sua humildade em relação ao impacto de sua atuação reflete uma confiança profunda na capacidade da Palavra de Deus de transformar não apenas indivíduos, mas também sociedades inteiras.

Esse capítulo visa explorar como as ideias de Lutero sobre a fé, a Igreja e o poder secular influenciaram a relação entre Igreja e Estado ao longo da história, enfrentando desafios teológicos, éticos e políticos.

¹³⁷ MCGRATH, 2014, p. 247.

¹³⁸ MCGRATH, 2014, p. 104.

¹³⁹ ATKINSON, 2011, p. 635.

4.1 A doutrina dos dois reinos na contemporaneidade

A doutrina dos dois reinos, desenvolvida por Martinho Lutero, oferece uma abordagem única para a relação entre Igreja e Estado, reconhecendo ambas as esferas como ordenadas por Deus, mas com funções distintas. Essa distinção, central na teologia luterana, buscava preservar a autonomia espiritual da Igreja e o papel regulador do Estado na manutenção da ordem social. Na visão de Lutero, o reino espiritual trata da fé e da salvação das almas, enquanto o reino temporal é responsável por governar as questões da vida cotidiana, protegendo a justiça e punindo o mal.

Essa perspectiva reformista rompeu com o modelo medieval de fusão entre poder espiritual e poder secular, caracterizado pela supremacia da Igreja Católica sobre as estruturas políticas. A distinção entre os dois reinos não apenas redefiniu os papéis de Igreja e Estado, mas também lançou as bases para o surgimento de sistemas políticos que valorizam a laicidade e a liberdade religiosa. No entanto, como será discutido nos subtópicos seguintes, sua aplicação prática trouxe desafios tanto no tempo de Lutero quanto nos contextos contemporâneos.

Os próximos itens abordarão dois aspectos fundamentais dessa doutrina: a distinção das esferas de poder, que propõe limites claros entre Igreja e Estado, e as tensões modernas entre Igreja e Estado, que exploram os conflitos e desafios decorrentes dessa relação na modernidade.

4.1.2 A distinção das esferas de poder

A Reforma Protestante não apenas transformou a teologia cristã, mas também inaugurou uma nova forma de compreender a relação entre Igreja e Estado. Como aponta Smolinsky, “a nova compreensão de Igreja e sua realização trouxe consigo necessariamente uma nova compreensão da ordem política e uma nova prática na relação entre a Igreja e o poder secular”.¹⁴⁰ Essa transformação se deu em um contexto de ruptura com o modelo medieval, no qual o poder eclesiástico

¹⁴⁰ SMOLINSKY, 2014, p. 274.

frequentemente exercia domínio sobre o poder temporal, resultando em uma sobreposição entre as esferas espiritual e secular.

Martinho Lutero contribuiu significativamente para essa mudança ao propor uma distinção entre os dois reinos, cada um com suas responsabilidades e esferas de influência. Essa distinção não implicava separação total, mas autonomia relativa, reconhecendo que tanto o Estado quanto a Igreja são ordenados por Deus para finalidades específicas. Segundo McGrath,

a teologia política de Lutero, portanto, é pragmática. Ao reconhecer as realidades políticas de sua situação em Wittenberg e sua dependência do apoio político dos príncipes alemães, Lutero reforçou a autoridade política deles baseando-a na providência divina. Deus governa o mundo, incluindo a igreja, por meio dos príncipes e magistrados. A igreja está no mundo e, portanto, deve se submeter à ordem do mundo.¹⁴¹

Essa abordagem buscava equilibrar a relação entre as esferas temporal e espiritual, assegurando que ambas permanecessem em seus limites legítimos.

Lutero rejeitava a supremacia medieval da Igreja sobre o Estado, insistindo que o papel da Igreja era exclusivamente espiritual. Como enfatiza Austad,

na época da Reforma, Lutero protestou contra a ideia medieval da superioridade da igreja sobre todos os poderes do mundo. Ele insistiu que o único poder da igreja era o do evangelho, ou seja, a Palavra e o Sacramento. A igreja não tinha senhorio sobre o reino mundano. Nesses assuntos, o Estado, de acordo com Lutero, tinha seu mandato e função específicos sob o governo de Deus, mas não sob a igreja e os bispos".¹⁴²

Essa proposta visava, acima de tudo, preservar a pureza do evangelho e evitar a instrumentalização da fé por interesses políticos. Portanto, a distinção entre as esferas de poder proposta por Lutero trouxe uma nova dinâmica à relação entre Igreja e Estado, marcando um rompimento com a fusão de poderes característica do período medieval. Essa visão permitiu o desenvolvimento de sistemas políticos mais equilibrados, em que cada esfera cumpria sua função sem interferir diretamente na outra.

¹⁴¹ MCGRATH, 2014, p. 245.

¹⁴² AUSTAD, 1990, p. 21.

4.1.3 Tensões modernas entre Igreja e Estado

Apesar da distinção proposta por Lutero entre as esferas espiritual e temporal, a interação entre Igreja e Estado continuou a ser marcada por tensões significativas, tanto em sua época quanto nos contextos subsequentes. Um dos principais questionamentos levantados pela aplicação prática da doutrina dos dois reinos é até onde o poder secular pode interferir em questões espirituais. Como coloca Smolinsky, surge a pergunta: “até que ponto o príncipe poderia interferir no âmbito espiritual, no âmbito da salvação das almas?”.¹⁴³ Essa questão não apenas destaca os limites do poder temporal, mas também revela a complexidade da convivência entre as duas esferas em momentos de conflito.

A Reforma Protestante, ao desafiar as estruturas tradicionais da Europa medieval, gerou mudanças que trouxeram novas possibilidades, mas também novos dilemas. Segundo McGrath,

pode-se afirmar que a Reforma mudou a face política da Europa, parte por meio das mudanças sociais e políticas que gerou, e parte por causa de algumas novas ideias perigosas que desencadeou numa Europa confiante. Várias crenças que até então haviam contribuído para a estabilidade política e social da Europa ocidental foram questionadas. Uma dessas crenças se relaciona com a ‘irrefutabilidade’ das estruturas sociais existentes”.¹⁴⁴

Essa ruptura com a estabilidade anterior, embora libertadora em muitos aspectos, abriu espaço para o debate sobre a legitimidade da resistência ao poder secular, especialmente quando este se torna opressor.

Lutero, ao desenvolver sua teologia política, levantou questões importantes sobre os limites da obediência ao Estado. Como observa McGrath: “Mas o que acontece, pode-se perguntar com razão, se o estado se torna tirânico? Os cristãos têm o direito de intervir e de se opor ativamente ao estado?”.¹⁴⁵ Essa reflexão permanece relevante em contextos modernos, onde governos autoritários desafiam os princípios de justiça e liberdade, exigindo da Igreja e dos fiéis uma posição ética clara.

Entretanto, o pensamento de Lutero também é alvo de críticas por sua aparente passividade diante de estruturas sociais injustas. Segundo McGrath,

¹⁴³ SMOLINSKY, 2014, p. 265.

¹⁴⁴ MCGRATH, 2014, p. 294.

¹⁴⁵ MCGRATH, 2014, p. 245-246.

essa compreensão do relacionamento entre a igreja e o estado tem sido objeto de intensas críticas. A ética social de Lutero tem sido descrita como 'derrotista' e 'tranquilizadora', incentivando os cristãos a tolerarem as estruturas sociais injustas (ou, pelo menos, a não se oporem a elas). Lutero preferia a opressão à revolução".¹⁴⁶

Essa visão, embora contestada por alguns teólogos contemporâneos, reflete o contexto em que Lutero viveu, onde a ordem social era vista como essencial para evitar o caos.

As tensões entre Igreja e Estado, portanto, permanecem um desafio em sociedades modernas. Enquanto a distinção entre as esferas temporal e espiritual busca preservar a autonomia de ambas, os limites dessa relação continuam a ser debatidos, especialmente em cenários onde o poder político invade o espaço da fé ou quando questões éticas e morais entram em conflito com legislações estatais.

4.2 O sacerdócio universal de todas as pessoas crentes e a participação cidadã

O conceito de sacerdócio universal de todas as pessoas crentes foi uma das ideias mais revolucionárias resgatadas na Reforma protestante. Resgatado por Martinho Lutero, esse princípio rompeu com a hierarquia tradicional da Igreja Católica Romana, ao afirmar que nenhuma pessoa tem privilégio ou mérito especial diante de Deus por seu papel na sociedade, seja como leiga ou religiosa. Todas são igualmente valorizadas e consideradas por Ele, independentemente de sua função ou posição. Essa perspectiva não apenas democratizou a fé, mas também atribuiu ao indivíduo uma nova responsabilidade no mundo, desafiando as barreiras entre o sagrado e o secular.

A visão luterana de que todas as vocações são igualmente sagradas trouxe implicações para a relação entre fé e vida cotidiana, incentivando as pessoas cristãs a participarem ativamente da sociedade como agentes de transformação. Esse chamado ao engajamento social, porém, apresenta desafios éticos e teológicos que se manifestam em diferentes contextos históricos e culturais.

¹⁴⁶ MCGRATH, 2014, p. 246.

4.2.1. Autonomia espiritual e o papel do indivíduo

O conceito de sacerdócio universal, resgatado por Martinho Lutero, promoveu uma transformação radical na visão da vida cristã, transferindo o foco do isolamento monástico para a atuação no mundo cotidiano. Lutero rejeitava a ideia de que a verdadeira espiritualidade se encontrava apenas no afastamento do mundo, como era frequentemente promovido pela vida monástica na Idade Média. Ele defendia que todos os cristãos, independentemente de sua posição social ou vocação, eram chamados a servir a Deus em suas atividades diárias. Como afirma McGrath,

para os reformadores, a verdadeira vocação de um cristão está em servir a Deus no mundo. Os monastérios são um tanto irrelevantes para essa tarefa. A verdadeira tarefa da vida cristã está nas cidades, nos mercados e nas câmaras de comércio do mundo secular, não no esplêndido isolamento da cela monástica”.¹⁴⁷

Essa visão de Lutero concedeu um novo significado à noção de trabalho e vida cotidiana. Ele argumentava que até mesmo as atividades consideradas seculares eram oportunidades para honrar a Deus. Em suas palavras,

todos os cristãos são chamados para serem sacerdotes, e esse chamado se estende ao mundo cotidiano. Eles são chamados a purificar e santificar sua vida cotidiana a partir do seu interior. Lutero afirma esse ponto sucintamente: ‘O que parecem ser obras seculares na verdade são louvores a Deus e representam uma obediência que muito o agrada’.¹⁴⁸

Essa perspectiva, além de romper com a hierarquia tradicional que priorizava o clero, também estabeleceu as bases para o desenvolvimento da ética de trabalho protestante, que moldou profundamente a cultura ocidental ao valorizar o trabalho como uma expressão de fé.

Outro aspecto central dessa visão é a interdependência entre os indivíduos na sociedade. Para Lutero, a vida cristã é marcada por uma mutualidade ordenada por Deus, onde cada um serve ao outro com base em suas vocações e dons. Em uma pregação de 1524, Lutero declarou: “Todos os estamentos tendem a servir um ao outro (‘omnes status huc tendunt, ut aliis serviant’).”¹⁴⁹ Essa perspectiva reflete uma

¹⁴⁷ MCGRATH, 2014, p. 287.

¹⁴⁸ MCGRATH, 2014, p. 289.

¹⁴⁹ DUCHROW, 2017, p. 132, apud WA, v. 15, p. 625,7.

visão cosmológica onde o serviço ao próximo não apenas atende às necessidades imediatas da comunidade, mas também expressa a vontade divina.

Portanto, a autonomia espiritual defendida por Lutero não incentivava o individualismo ou a desconexão da comunidade, mas enfatizava o papel do indivíduo como um agente ativo no mundo, comprometido com o serviço a Deus e ao próximo. Essa abordagem, além de revolucionar a espiritualidade, contribuiu para uma nova forma de engajamento cristão na sociedade, atribuindo dignidade a todas as vocações e promovendo uma ética de responsabilidade mútua e trabalho como expressão da fé.

4.2.2 Desafios para a ética pública

A Reforma Protestante trouxe não apenas transformações teológicas, mas também novas implicações éticas e sociais. O conceito de sacerdócio universal de todas as pessoas crentes ampliou o escopo da responsabilidade cristã, transferindo para os fiéis a tarefa de aplicar os princípios do evangelho em sua convivência social e na esfera pública. No entanto, essa responsabilidade gerou desafios significativos para a construção de uma ética pública consistente e equilibrada, especialmente em sociedades pluralistas e em transição.

A tensão entre autonomia espiritual e participação nas estruturas políticas sempre foi um ponto delicado. Enquanto grupos radicais da Reforma, como os anabatistas, evitavam qualquer envolvimento com o Estado, os reformadores magistras buscarem um modelo de cooperação com as autoridades seculares para garantir a implementação de suas ideias. Segundo McGrath,

a maioria dos radicais, com suas posições rigorosas quanto à membresia da igreja, não tinha tempo para um compromisso com o estado ou com as autoridades da cidade. Contudo, os reformadores magistras dependiam exatamente desses compromissos [...] a própria expressão 'Reforma magistral' indica a estreita cooperação entre reformador e magistrado na propagação e defesa da Reforma".¹⁵⁰

Essa cooperação, no entanto, não significava uma submissão irrestrita às autoridades políticas. Como destaca McGrath, “não se deve pensar, contudo, que os

¹⁵⁰ MCGRATH, 2014, p. 240.

reformadores magistrais eram marionetes políticas: o entendimento que eles tinham do papel das autoridades da cidade ou do estado na reforma da igreja reflete suas pressuposições teológicas”.¹⁵¹ Para Lutero e seus contemporâneos, o Estado era um instrumento de Deus para manter a ordem e a justiça, mas sua autoridade era limitada e deveria ser exercida de forma justa, sem violar os princípios fundamentais do evangelho.

Outro desafio relacionado à ética pública é a tensão entre os limites do Estado e a abrangência do domínio divino. Como afirma Austad,

o pensamento teológico sobre o mandato e os limites do Estado baseia-se no domínio abrangente de Deus sobre sua criação. Ele tem o mundo inteiro em suas mãos, não apenas as igrejas e os cristãos. Por essa razão, é possível falar significativamente sobre o Estado, de um ponto de vista teológico, sem a pretensão de apresentar qualquer teoria política ou programa para a organização política da vida pública na sociedade”.¹⁵²

Esse entendimento permite um diálogo entre fé e política que reconhece a soberania divina sobre todas as esferas, mas sem a imposição de modelos teocráticos ou o domínio absoluto de uma sobre a outra.

Portanto, os desafios para a ética pública decorrentes do pensamento reformador refletem a complexidade de articular uma convivência harmoniosa entre as esferas espiritual e temporal. O sacerdócio universal confere aos cristãos a responsabilidade de agir com integridade em ambas as esferas, equilibrando sua fidelidade à fé com a participação ativa na sociedade. Essa busca por equilíbrio é especialmente relevante em contextos contemporâneos, onde diferentes visões éticas e religiosas convivem em constante diálogo e, por vezes, conflito.

4.3 O uso equivocado dos escritos de Lutero pelo regime nazista

A influência de Martinho Lutero na relação entre Igreja e Estado atravessou séculos e contextos históricos distintos. No entanto, algumas de suas ideias e escritos

¹⁵¹ MCGRATH, 2014, p. 241.

¹⁵² AUSTAD, 1990, p. 19. “Theological thinking about the mandate and the limits of the state is based upon God’s all-embracing dominion of his creation. He has the whole world in his hands, not only the churches and Christians. For that reason it is possible to speak meaningfully about the state, from a theological point of view without purporting to present any political theory or programme for the political organization of public life in Society.” (tradução nossa).

foram interpretados de forma equivocada e instrumentalizados por regimes totalitários, especialmente no século XX. O uso indevido de seus textos levanta questões sobre os riscos da manipulação teológica para justificar sistemas autoritários e práticas opressivas.

McGrath observa que “suas concepções sobre a relação entre Igreja e Estado, contudo, não parecem ter sido tão bem pensadas como se desejaria; dão a impressão de terem sido forjadas sob a pressão do conflito.”¹⁵³ Essa característica abriu margem para interpretações ambíguas que posteriormente foram exploradas por regimes autoritários. Em especial, a doutrina dos dois reinos foi empregada para sustentar a passividade da Igreja diante de governos opressores.

Durante o regime nazista na Alemanha, por exemplo, a igreja permaneceu amplamente submissa ao Estado, sem oferecer resistência significativa à ascensão de Adolf Hitler. McGrath aponta que essa postura pode ter sido reflexo da inadequação do pensamento político de Lutero, afirmando que:

abria-se o caminho para a futura dominação da igreja pelo estado, que se tornaria uma característica praticamente universal do luteranismo. Muitos consideram que o fato de a igreja alemã não ter se oposto a Hitler na década de 1930 reflete a inadequação do pensamento político de Lutero. Até mesmo Hitler, pensavam alguns cristãos alemães, era um instrumento de Deus.¹⁵⁴

Essa perspectiva revela como o princípio da submissão ao governo secular foi distorcido para justificar a ausência de oposição à tirania. Além disso, o Estado totalitário moderno, exemplificado pelo nacional-socialismo e pelo comunismo soviético, impôs desafios profundos para as igrejas e para o pensamento teológico. Como destaca Austad:

o estado totalitário moderno, moldado pelo nacional-socialismo de Hitler e pelo comunismo da URSS, tem sido um grande desafio para as igrejas, para o pensamento teológico e para a consciência cristã. Sua entrada no palco da história europeia foi uma experiência chocante.¹⁵⁵

A subordinação da Igreja ao Estado nesses contextos demonstra a vulnerabilidade de sistemas religiosos que não estabelecem uma clara distinção entre suas responsabilidades espirituais e as funções do poder político.

¹⁵³ MCGRATH, 2014, p. 104.

¹⁵⁴ MCGRATH, 2014, p. 246.

¹⁵⁵ AUSTAD, 1990, p.19.

Dessa forma, o uso equivocado dos escritos de Lutero em regimes totalitários reforça a importância de uma interpretação contextualizada de suas ideias. Seu pensamento não deve ser lido como um endosso à passividade diante da injustiça, mas como um chamado à autonomia das esferas temporal e espiritual. A Igreja, enquanto instituição que preza pela verdade e pela justiça, deve ser capaz de resistir a qualquer forma de tirania que comprometa a dignidade humana e a liberdade cristã. A responsabilidade cristã não é apenas aceitar a ordem estabelecida, mas também agir com consciência moral e coragem diante de governos que deturpam os valores do evangelho para justificar opressões.

4.3.1 A ascensão de Hitler e a reação da igreja

A ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha ocorreu em um contexto de crise econômica e desespero social, após a derrota do país na Primeira Guerra Mundial. A instabilidade política e o ressentimento gerado pelo Tratado de Versalhes criaram o ambiente propício para que um líder carismático, como Hitler, emergisse como uma figura de esperança para a população alemã. Como observado por Galli e Olsen:

Tão desanimado estava o povo alemão após a derrota na Primeira Guerra Mundial e a subsequente depressão econômica que o carismático Hitler parecia ser a resposta às orações da nação — pelo menos para a maioria dos alemães. Uma exceção foi o teólogo Dietrich Bonhoeffer, que estava determinado não apenas a refutar essa ideia, mas também a derrubar Hitler, mesmo que isso significasse matá-lo.¹⁵⁶

A chegada de Hitler ao poder marcou uma intensificação da retórica antissemita e da perseguição a grupos considerados inimigos do regime. O Estado começou a exercer controle sobre a Igreja, exigindo sua submissão e alinhamento com os ideais nazistas. Parte da igreja alemã aceitou essa interferência, acreditando que a obediência ao governo fazia parte da ordem divina. Entretanto, houve resistência por parte de alguns líderes cristãos, que perceberam a incompatibilidade entre os princípios do cristianismo e as políticas nazistas.

¹⁵⁶ GALLI, 2000, p. 378.

Um dos principais nomes dessa resistência foi Dietrich Bonhoeffer, um teólogo que desafiou abertamente o nazismo e concluiu que a igreja não poderia se manter neutra diante da injustiça. Sua trajetória foi marcada por uma profunda transformação teológica e política. Como destacam Galli e Olsen, Bonhoeffer não foi criado em um ambiente de ideais radicais. Proveniente de uma família aristocrática, sua formação inicial esteve marcada por influências intelectuais e culturais refinadas. Sua mãe era filha do pregador da corte do Kaiser Wilhelm II, enquanto seu pai se destacou como um eminente neurologista e professor de psiquiatria na Universidade de Berlim.¹⁵⁷

Ao longo dos anos em que Hitler consolidava seu poder, Bonhoeffer testemunhou a crescente repressão contra judeus e dissidentes políticos. Ele se opôs publicamente ao regime e se envolveu em ações clandestinas para proteger vítimas da perseguição nazista. A Igreja Confessante, da qual fazia parte, posicionou-se contra a subjugação da Igreja pelo Estado nazista e rejeitou a ideia de que Hitler fosse um instrumento divino. Conforme relatam Galli e Olsen:

Durante esses anos, Hitler subiu ao poder, tornando-se chanceler da Alemanha em janeiro de 1933 e presidente um ano e meio depois. A retórica e as ações antissemitas de Hitler se intensificaram - assim como sua oposição, que incluía nomes como o teólogo Karl Barth, o pastor Martin Niemöller e o jovem Bonhoeffer. Juntamente com outros pastores e teólogos, eles organizaram a Igreja Confessante, que anunciou publicamente em sua Declaração de Barmen (1934) sua fidelidade primeiramente a Jesus Cristo: 'Repudiamos o falso ensino de que a igreja pode e deve reconhecer ainda outros acontecimentos e poderes, personalidades e verdades como revelação divina ao lado desta única Palavra de Deus.'¹⁵⁸

Apesar da resistência de alguns setores da Igreja, muitos cristãos permaneceram passivos diante da ascensão do nazismo, seja por medo de represálias ou por acreditarem que o governo era uma manifestação legítima da vontade divina. Essa passividade, muitas vezes, foi justificada com base na doutrina dos dois reinos de Lutero, que estabelecia uma distinção entre o governo secular e o domínio espiritual da Igreja. No entanto, essa interpretação foi manipulada pelo regime nazista para garantir a obediência das instituições religiosas.

A omissão da maioria da igreja alemã diante das atrocidades do regime nazista expôs as fragilidades de uma teologia que não questiona o poder político quando este se torna opressor. O caso de Bonhoeffer e da Igreja Confessante, por

¹⁵⁷ GALLI, 2000, p. 378-379.

¹⁵⁸ GALLI, 2000, p. 379.

outro lado, demonstrou que havia setores dentro do cristianismo dispostos a resistir e a defender os valores do evangelho acima das imposições do Estado. Dessa forma, a ascensão de Hitler ao poder e a reação da igreja revelam os desafios e dilemas enfrentados pelas comunidades cristãs em tempos de crise. Enquanto muitos permaneceram em silêncio ou colaboraram com o regime, figuras como Bonhoeffer provaram que a fé cristã pode e deve ser uma força ativa contra a injustiça e a opressão.

4.3.2 A Igreja Confessante e Bonhoeffer

Com a consolidação do regime nazista, a interferência do Estado na vida religiosa da Alemanha tornou-se ainda mais evidente. O governo impôs a unificação das igrejas protestantes sob o controle do *Reich*, promovendo o que ficou conhecido como a Igreja do *Reich*, uma versão do cristianismo alinhada aos interesses do regime. Esse movimento gerou uma reação por parte de pastores e teólogos que não aceitavam a subordinação da fé cristã ao governo.

Em meio a essa resistência, surgiu a Igreja Confessante, uma organização que se opôs à interferência nazista na teologia cristã e buscou preservar a autonomia da igreja. A Igreja Confessante foi formalmente estabelecida em 1934, durante o Sínodo de Barmen, quando teólogos como Karl Barth, Martin Niemöller e Dietrich Bonhoeffer assinaram a Declaração de Barmen, que reafirmava a centralidade de Cristo na fé cristã e rejeitava qualquer tentativa de politização da Igreja. Como descrevem Galli e Olsen:

Durante esses anos, Hitler subiu ao poder, tornando-se chanceler da Alemanha em janeiro de 1933 e presidente um ano e meio depois. A retórica e as ações antissemitas de Hitler se intensificaram - assim como sua oposição, que incluía nomes como o teólogo Karl Barth, o pastor Martin Niemöller e o jovem Bonhoeffer. Juntamente com outros pastores e teólogos, eles organizaram a Igreja Confessante, que anunciou publicamente em sua Declaração de Barmen (1934) sua fidelidade primeiramente a Jesus Cristo: 'Repudiamos o falso ensino de que a igreja pode e deve reconhecer ainda outros acontecimentos e poderes, personalidades e verdades como revelação divina ao lado desta única Palavra de Deus.'¹⁵⁹

¹⁵⁹ GALLI, 2000, p. 379.

Embora a Igreja Confessante tenha representado um foco de resistência, ela enfrentou dificuldades significativas. Muitos dos seus membros foram perseguidos, presos ou forçados ao exílio. Bonhoeffer, que se tornou um dos líderes mais influentes desse movimento, dedicou-se à formação teológica de novos pastores em um seminário clandestino, localizado em Finkenwalde, onde buscava preparar líderes espirituais que pudessem atuar em uma Igreja independente do regime nazista. No entanto, as atividades da Igreja Confessante passaram a ser cada vez mais reprimidas, e o seminário foi fechado pelas autoridades. Como relatam Galli e Olsen:

Durante esse período, Bonhoeffer ensinava pastores em um seminário clandestino, o Finkenwalde (o governo o havia proibido de ensinar abertamente). Mas depois que o seminário foi descoberto e fechado, a Igreja Confessante ficou cada vez mais relutante em se manifestar contra Hitler, e a oposição moral se mostrou cada vez mais ineficaz, de modo que Bonhoeffer começou a mudar sua estratégia. Até aquele momento, ele havia sido pacifista e tentado se opor aos nazistas por meio de ações religiosas e persuasão moral.¹⁶⁰

A resistência da Igreja Confessante, contudo, não foi suficiente para impedir o avanço do controle nazista sobre a religião. Muitos pastores e fiéis temiam represálias e, diante da crescente repressão, o movimento perdeu força. Alguns líderes foram silenciados ou cederam às pressões do governo. Isso levou Bonhoeffer a reconsiderar sua abordagem e a buscar formas mais ativas de oposição ao regime. Wachholz observa que:

Bonhoeffer tem um discernimento claro do papel do Estado e do papel da Igreja. O funcionamento normal e correto deve ser que a Igreja não intervenha no agir do Estado e vice-versa. Mas Bonhoeffer entende que há casos de exceção, quando o Estado se excede em seu agir.¹⁶¹

O envolvimento de Bonhoeffer com a resistência antinazista se intensificou à medida que ele percebeu que o silêncio da Igreja diante da injustiça equivalia à cumplicidade com o mal. Sua jornada teológica o levou a concluir que a fé cristã não poderia ser reduzida a uma esfera privada e apolítica, mas deveria ser um agente de transformação no mundo. Essa mudança de perspectiva o fez participar ativamente

¹⁶⁰ GALLI, 2000, p. 379.

¹⁶¹ WACHHOLZ, Wilhelm; BRÜNING, Djonata. **Bonhoeffer e Lutero: um diálogo (sempre) necessário e atual sobre o problema da superioridade racial**. Estudos Teológicos, [S. l.], v. 64, n. 1, 2024, p. 9. DOI: 10.22351/et.v64i1.2705. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/ET/article/view/2705>. Acesso em: 2 maio 2025.

de ações contra Hitler, incluindo sua colaboração com um plano para assassinar o ditador.

A história da Igreja Confessante e o papel de Bonhoeffer evidenciam os desafios que surgem quando a fé cristã se confronta com regimes totalitários. Enquanto grande parte da Igreja Alemã se submeteu ao nazismo, um pequeno grupo de fiéis e teólogos demonstrou coragem ao resistir. Bonhoeffer tornou-se um símbolo dessa luta, defendendo que o cristianismo verdadeiro exige posicionamento ativo contra a injustiça e a opressão.

4.3.3 O Pensamento de Bonhoeffer sobre Lutero e a fé cristã ativa

Bonhoeffer foi profundamente influenciado pelo pensamento de Martinho Lutero, mas também desenvolveu uma interpretação crítica que o levou a romper com a passividade que muitos associavam à teologia luterana. Para Bonhoeffer, a fé cristã não poderia ser reduzida a um compromisso puramente espiritual e individual, mas exigia engajamento prático na transformação do mundo. Ele acreditava que a vocação cristã deveria se manifestar na luta contra a injustiça, mesmo que isso significasse desobedecer às autoridades terrenas.

Em uma de suas reflexões mais marcantes, Bonhoeffer distingue o cristão autêntico do mero *homo religiosus*, aquele que vê a religião apenas como um refúgio pessoal e alheio às questões sociais. Como destaca Bonhoeffer:

Nos últimos anos, aprendi a conhecer e a compreender mais e mais a profunda ceterioridade do cristianismo; o cristão não é um *homo religiosus*, mas simplesmente um ser humano [...]. Creio que Lutero viveu nessa ceterioridade.¹⁶²

Essa interpretação de Lutero revela uma compreensão dinâmica da fé, que não se limita ao culto e à oração, mas que se insere na realidade concreta do mundo. Para Bonhoeffer, a experiência de Lutero de se afastar da vida monástica para viver sua fé no mundo secular era um indicativo de que a verdadeira espiritualidade se manifesta na ação e no compromisso com o próximo.

Essa convicção o levou a interpretar a graça de Deus de forma diferente da que era comumente aceita por muitos luteranos de sua época. Enquanto a Igreja

¹⁶² BONHOEFFER, 2015, p. 495.

Alemã, em grande parte, justificava sua omissão diante das injustiças do regime nazista com a ideia de submissão ao governo, Bonhoeffer via a graça como um chamado à responsabilidade. Ele enfatizava que a obediência a Cristo estava acima da obediência ao Estado. Como escreveu Bonhoeffer: “Lutero foi alcançado pela graça.”¹⁶³

E complementa, explicando que essa experiência transformadora de Lutero o levou a rejeitar o isolamento do mundo e a entender que a fé se vive no cotidiano, dentro da sociedade, e não apenas no ambiente religioso. Segundo Bonhoeffer:

A fim de reavivar, durante a Reforma, o evangelho da graça pura e preciosa, Deus, em primeiro lugar, levou Martinho Lutero ao mosteiro. Lutero era monge. Abandonara tudo e decidira ser discípulo de Cristo em completa obediência. Renunciara ao mundo e se devotara à obra cristã. Aprendeu a obediência a Cristo e à sua Igreja, porque sabia que só o obediente é que pode crer.¹⁶⁴

Bonhoeffer levou esse princípio ao extremo. Para ele, a obediência a Cristo significava resistir ativamente ao mal, mesmo que isso envolvesse desafiar as estruturas políticas e até cometer ações extremas, como conspirar contra Hitler. Bonhoeffer reinterpretou o pensamento luterano, enfatizando que a graça e a fé exigem ação. Ele rejeitava a ideia de uma fé acomodada e propunha um cristianismo que assumisse riscos, que enfrentasse o sofrimento e que se posicionasse contra as forças do mal. Para ele, não bastava crer; era necessário agir. O legado de Bonhoeffer continua relevante até hoje, especialmente em contextos onde a fé cristã é desafiada por estruturas políticas opressivas. Sua releitura da teologia luterana reafirma que o cristianismo não pode ser cúmplice do mal e que a graça de Deus não pode ser usada como desculpa para a inação.

4.3.4 A resistência Luterana na Noruega como contraponto

Embora a maioria da Igreja Luterana alemã tenha se mantido passiva ou colaborado com o regime nazista, em outros países luteranos houve uma resposta diferente. Um dos exemplos mais marcantes foi a resistência na Noruega, onde a Igreja se opôs ativamente à ocupação alemã e ao controle do governo nazista. Os

¹⁶³ BONHOEFFER, 2016, p. 23.

¹⁶⁴ BONHOEFFER, 2016, p. 23-24.

líderes luteranos noruegueses não apenas rejeitaram a interferência do Estado na vida da Igreja, mas também incentivaram a desobediência civil, a resistência ativa e a oposição à perseguição dos judeus. Como destaca Walter Altmann:

Também se deve observar que luteranos de outros países puderam chegar a conclusões diametralmente opostas à da maioria dos luteranos alemães, como ocorreu, por exemplo, na resistência norueguesa diante da ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial (1940-1945), que não somente se opôs à interferência do Estado na vida interna da igreja, como também incentivou a desobediência civil, recorreu à resistência ativa e voltou-se contra a perseguição a judeus.¹⁶⁵

Esse contraste entre a passividade da Igreja Alemã e a resistência norueguesa revela que a teologia luterana, por si só, não determinava uma postura diante do nazismo. A diferença estava na forma como os líderes e fiéis interpretavam e aplicavam os ensinamentos de Lutero. Enquanto na Alemanha muitos cristãos usaram a doutrina dos dois reinos para justificar sua inação, na Noruega os líderes e fiéis compreenderam sua fé como um chamado à resistência contra a opressão.

Uma das questões mais polêmicas relacionadas ao papel do luteranismo no período nazista foi o uso que Hitler e seus aliados fizeram dos escritos de Lutero. O reformador alemão, especialmente em seus textos mais tardios, expressou opiniões fortemente antijudaicas, o que forneceu aos nazistas um discurso teológico que legitimava suas políticas de perseguição aos judeus. No entanto, esse uso dos escritos de Lutero desconsiderava o contexto histórico e os objetivos originais do reformador. Como destaca Carter Lindberg:

À luz do uso que os nazistas fizeram desses escritos antijudaicos posteriores, é importante enfatizar que Lutero, bem como outros autores evangélicos e católicos romanos, precisam ser vistos em seu contexto histórico [...], e, mais importante ainda, que a animosidade de Lutero para com os judeus tinha motivos teológicos, e não racistas.¹⁶⁶

Essa distinção é fundamental para entender como o pensamento de Lutero foi manipulado e distorcido pelo regime nazista. Embora suas críticas aos judeus tenham sido severas, elas estavam inseridas dentro de uma tradição teológica do século XVI, em um contexto em que a conversão religiosa era vista como o principal critério de inclusão na sociedade cristã. Lutero não operava dentro da lógica racial que

¹⁶⁵ ALTMANN, 2016, p. 310.

¹⁶⁶ LINDBERG, 2001, p. 436.

caracterizou o antissemitismo nazista. No entanto, a apropriação seletiva de seus textos por parte dos ideólogos nazistas contribuiu para justificar uma das maiores tragédias do século XX.

A forma como Lutero foi usado tanto para justificar a submissão ao regime nazista quanto para sustentar sua ideologia racista revela o perigo de interpretar a teologia fora de seu contexto original. Assim como na Noruega a fé luterana foi mobilizada para resistir ao nazismo, na Alemanha ela foi instrumentalizada para garantir sua dominação. Isso reforça a necessidade de uma leitura crítica da história e dos textos teológicos, evitando que discursos religiosos sejam apropriados para fins políticos destrutivos.

Dessa forma, a resistência luterana na Noruega e a instrumentalização dos escritos de Lutero pelo nazismo representam dois extremos de como a teologia pode ser utilizada em tempos de crise. Enquanto alguns encontraram na fé cristã um chamado à justiça e à dignidade humana, outros a transformaram em um instrumento de opressão. O desafio, então, permanece atual: qual será o papel da Igreja diante das injustiças do presente e do futuro?

4.4 Impacto global de Lutero: Cultura, Política e Novas Perspectivas

O impacto do pensamento de Martinho Lutero ultrapassa as fronteiras temporais e culturais da Reforma protestante. Suas ideias moldaram não apenas a estrutura religiosa da cristandade ocidental, mas também influenciaram profundamente as esferas cultural, social e política, contribuindo para avanços na formação de estados modernos e a valorização da liberdade individual.

Os avanços decorrentes da Reforma não foram apenas institucionais, mas também éticos, desafiando as estruturas medievais e promovendo novos modelos de governança e convivência. Por outro lado, os legados culturais e políticos de Lutero, especialmente no que diz respeito à distinção entre Igreja e Estado, continuam a oferecer respostas a questões contemporâneas, ao mesmo tempo em que suscitam desafios em contextos multiculturais e pluralistas.

A Reforma protestante, ao questionar as bases religiosas e sociais do mundo medieval, inaugurou novas formas de organização política, ao mesmo tempo em que desafiava a autoridade unificada da Igreja Católica. Conforme McGrath aponta, a Reforma não apenas remodelou a sociedade, mas também trouxe questionamentos

que abalaram a estabilidade política e social da Europa Ocidental, como a noção de "irrefutabilidade" das estruturas sociais existentes.¹⁶⁷ Essa reconfiguração social lançou os alicerces para mudanças estruturais na relação entre a fé e o poder.

A ruptura entre Igreja e Estado foi uma das consequências mais notáveis desse processo. Trueman observa que "o fim da igreja e do Estado como entidades associadas é, em si mesmo, o resultado da revolução teológica e social da qual Lutero era uma parte tão importante no século 16".¹⁶⁸ Durante a Europa medieval, a religião desempenhava um papel integrador, conectando todas as dimensões da vida social. A união entre o domínio da igreja e o do Estado criava uma identidade material comum, mas também tornava inassimiláveis aqueles que estavam fora desse sistema.

Outro aspecto transformador da Reforma foi o surgimento das comunidades confessionais, que romperam com o modelo de uma única igreja cristã universal. Trueman ressalta que

a teologia protestante esmigalhou o modelo da cristandade medieval. O fez, em primeiro lugar, criando comunidades confessionais que eram alternativas ao que Roma oferecia. Assim, no século 16, o estado confessional nasceu onde, sob os termos da Paz de Augsburg (1555), a identidade confessional de um território era determinada pela religião de seu príncipe".¹⁶⁹

Essa nova configuração política era impensável no mundo de Lutero, mas tornou-se uma realidade com a consolidação da Reforma, marcando um momento decisivo na história europeia.

Além disso, Lutero desempenhou um papel central ao articular as implicações sociais e políticas de sua teologia. Como destaca Trueman, a tensão criada por suas ideias emergiu no início de sua carreira reformadora. Seus tratados, como *Da Liberdade Cristã* e *Do Cativo Babilônico da Igreja*, lançaram as bases para o relacionamento futuro entre Igreja e Estado. Em 1520, Lutero redigiu seu *Apelo à Nobreza Germânica*, buscando apoio entre os príncipes para implementar as reformas que a Igreja Católica havia rejeitado. Esse movimento estratégico demonstrou que, ao romper com o domínio religioso centralizado, a Reforma também transferia parte do poder político para os governantes locais: "O mundo estava prestes a mudar de formas imprevisíveis e, em retrospecto, incontroláveis".¹⁷⁰

¹⁶⁷ MCGRATH, 2014, p. 294.

¹⁶⁸ TRUEMAN, 2017, p. 183-184.

¹⁶⁹ TRUEMAN, 2017, p. 184.

¹⁷⁰ TRUEMAN, 2017, p. 184.

Portanto, o legado cultural e político de Lutero está intrinsecamente ligado à dissolução do modelo medieval de cristandade, ao surgimento de estados confessionais e à reorganização das relações entre Igreja e Estado. Suas ideias, muitas vezes desenvolvidas em meio a tensões e conflitos, transformaram profundamente a maneira como a fé cristã era vivida e como as sociedades europeias se estruturavam.

A expansão da modernidade e o surgimento de sociedades multiculturais trouxeram novos desafios para a interpretação e aplicação do pensamento de Lutero, especialmente no que diz respeito à relação entre Igreja e Estado. A definição de Estado e seu papel em contextos diversos é um ponto crucial para compreender os limites e possibilidades do pensamento luterano. Como afirma Austad, o Estado pode ser entendido como:

a organização e autoridade supremas da vida política comum em um território ou país. O termo também pode se referir a uma comunidade política independente como tal, ou seja, um corpo de pessoas que ocupa permanentemente uma área definida sob a liderança de um governo soberano".¹⁷¹

Essa definição sublinha a importância do Estado como uma entidade que regula a convivência social, ao mesmo tempo em que mantém autonomia em relação às influências religiosas.

A partir dessa perspectiva, o papel da Igreja é compreendido como complementar ao do Estado, mas com limites bem definidos. Para Austad,

a tarefa da igreja em relação ao Estado é tripla: Primeiro, a igreja deve lembrar o Estado de seu mandato e de seus limites. Em segundo lugar, a igreja deve incentivar os cidadãos, inclusive os cristãos, a cooperar com o estado atual, desde que ele seja fiel ao seu chamado. Em terceiro lugar, como o Estado é constantemente tentado a se tornar totalitário e degenerado, a igreja e os cristãos são chamados a criticar todo Estado e avaliar suas funções com base em premissas éticas".¹⁷²

Essa relação dinâmica entre Igreja e Estado, proposta por Lutero, adquire novas nuances em contextos multiculturais, onde diferentes tradições religiosas e culturais coexistem sob a jurisdição de governos seculares.

¹⁷¹ AUSTAD, 1990, p. 18.

¹⁷² AUSTAD, 1990, p. 20.

Historicamente, a relação entre Igreja e Estado evoluiu significativamente desde os primeiros séculos do cristianismo. Austad destaca que, até o século IV, a Igreja cristã era composta por congregações locais espalhadas pelo Império Romano, muitas vezes perseguidas pelas autoridades governantes. Essa situação mudou com a conversão de Constantino e seus sucessores, quando o cristianismo passou a ocupar uma posição central no Império Romano. Nesse período, iniciou-se um processo de ‘cristianização’ do mundo romano antigo. Rapidamente, o cristianismo evoluiu de uma religião reconhecida pelo estado para a condição de religião estatal, e posteriormente se tornou a religião exclusiva do estado.¹⁷³

No entanto, o advento do Iluminismo e o processo de secularização na era moderna desvincularam, progressivamente, o Estado da tradição cristã, dando origem a novas formas de relacionamento entre religião e poder político. Segundo Austad, quando alguns estados ocidentais, em diferentes momentos após o Iluminismo, declararam-se seculares e não religiosos, surgiu o problema da legitimação em um novo contexto. Nos estados europeus e nas igrejas nacionais, as relações estreitas entre Estado e Igreja, presentes até os dias atuais, tiveram um impacto significativo na forma como o estado se compreende.¹⁷⁴ Esse cenário evidencia a tensão entre as raízes cristãs de muitos estados ocidentais e a necessidade de governar populações cada vez mais diversas em termos religiosos e culturais.

Atualmente, muitos estados são reconhecidos como seculares, onde a neutralidade em relação às tradições religiosas é fundamental para garantir a convivência pacífica em contextos multiculturais. Nesse ambiente, o pensamento de Lutero sobre a distinção entre Igreja e Estado continua relevante, pois reforça a importância de limites claros entre as esferas temporal e espiritual. Entretanto, sua aplicação exige sensibilidade para lidar com a pluralidade cultural e religiosa, promovendo o diálogo e o respeito mútuo sem comprometer os valores fundamentais da fé cristã.

O legado de Martinho Lutero continua a ressoar em sociedades contemporâneas, não apenas como uma revolução teológica, mas também como um motor de profundas transformações culturais e políticas. Ao romper com a fusão entre Igreja e Estado, Lutero ajudou a inaugurar novas configurações sociais, marcadas pela autonomia relativa das esferas espiritual e temporal. Essa distinção, além de

¹⁷³ AUSTAD, 1990, p. 21.

¹⁷⁴ AUSTAD, 1990, p. 21.

proteger as liberdades religiosas, tornou-se uma base essencial para a formação de estados modernos e pluralistas.

No entanto, como demonstrado anteriormente, o impacto de Lutero não se limitou ao contexto europeu do século XVI. Em um mundo globalizado e multicultural, suas ideias sobre a autonomia espiritual e os limites éticos da autoridade estatal continuam a oferecer caminhos para o diálogo entre diferentes tradições religiosas e políticas. A ética luterana, com sua ênfase no sacerdócio universal e no serviço mútuo, propõe uma abordagem que transcende fronteiras culturais, ao mesmo tempo em que reconhece os desafios impostos pela diversidade contemporânea.

Assim, o pensamento de Lutero permanece uma referência para estudar, compreender e enfrentar as complexidades da relação entre fé e política. Suas contribuições apontam para a necessidade de um equilíbrio dinâmico entre as esferas temporal e espiritual, promovendo uma convivência baseada no respeito à pluralidade e na responsabilidade ética de indivíduos e instituições.

O pensamento de Martinho Lutero continua a ser um referencial essencial para compreender os dilemas e avanços na relação entre fé e sociedade. Sua doutrina dos dois reinos estabeleceu limites claros entre Igreja e Estado, mas sua aplicação prática gerou desdobramentos diversos ao longo da história, muitas vezes reinterpretados em contextos culturais e políticos distintos. Apesar de críticas e mal-entendidos, Lutero permanece uma figura central na formação da ética e da estrutura social ocidental.

Um aspecto que evidencia a complexidade do impacto da Reforma é a emergência de correntes divergentes, como os anabatistas, que conceberam a Igreja como uma "sociedade alternativa" dentro da cultura europeia do século XVI. Segundo McGrath,

assim como a igreja pré-Constantino existira dentro do Império Romano, mas se recusara a se conformar aos seus padrões, do mesmo modo a Reforma radical se imaginava existindo em paralelo ao seu ambiente do século 16, mas não dentro dele".¹⁷⁵

Essa perspectiva reforçou a noção de resistência às estruturas dominantes e a busca por um modelo de Igreja apartada das questões seculares. A Confissão de

¹⁷⁵ MCGRATH, 2014, p. 238.

Schleitheim (1527) foi um marco nesse movimento, promovendo uma postura de não resistência às autoridades e rejeição do envolvimento secular.¹⁷⁶

Por outro lado, as contribuições de Lutero para o fortalecimento do indivíduo em relação à fé não podem ser ignoradas. Embora haja debates sobre se ele foi corresponsável pelo individualismo moderno, como sugere Duchrow, é importante reconhecer que suas ideias propunham superar esse individualismo. Conforme destaca o autor, “Lutero não é corresponsável pelo individualismo da Modernidade. Muito antes, ele oferece abordagens teológicas, antropológicas e filosóficas visando superar esse individualismo tanto na teoria quanto na prática”.¹⁷⁷

O legado de Lutero, portanto, não se limita a sua época, mas se estende a debates contemporâneos, como a ética pública, o papel do cristão em sociedades pluralistas e o impacto da fé na formação das estruturas políticas. Sua visão de autonomia espiritual e engajamento na sociedade transcendeu a polarização entre Igreja e Estado, promovendo uma ética que valoriza tanto a liberdade quanto a responsabilidade coletiva.

Assim, como foi observado ao longo deste capítulo, a Reforma não apenas moldou as bases culturais e políticas da Europa, mas também inspirou uma revisão constante das relações entre fé e poder. Suas contribuições permanecem relevantes para as discussões éticas e sociais de hoje, oferecendo uma perspectiva que equilibra a dignidade do indivíduo com a responsabilidade mútua e os valores universais da justiça e do serviço ao próximo.

¹⁷⁶ MCGRATH, 2014, p. 239.

¹⁷⁷ DUCHROW, 2017, p. 139.

5 CONCLUSÃO

O pensamento teológico de Martinho Lutero não apenas remodelou a fé cristã no século XVI, mas também exerceu uma influência profunda na relação entre Igreja e Estado, contribuindo para a redefinição das esferas espiritual e temporal. Suas doutrinas, especialmente a justificação pela fé, o sacerdócio universal de todos os crentes e a doutrina dos dois reinos, transformaram a forma como a autoridade religiosa e civil eram concebidas, abrindo caminho para a formação dos Estados Nacionais modernos e para o conceito contemporâneo de laicidade. A teologia de Lutero, ao romper com o monopólio eclesiástico da salvação e estabelecer uma relação mais direta entre o indivíduo e Deus, não apenas desafiou a estrutura da Igreja, mas também inaugurou uma nova compreensão da liberdade religiosa. Essa noção de liberdade, ainda que limitada pelo contexto histórico da Reforma, lançou as bases para reflexões posteriores sobre consciência individual, autonomia espiritual e responsabilidade moral diante das autoridades eclesiásticas e civis.

Além disso, o pensamento luterano introduziu uma reconfiguração do papel do indivíduo na esfera pública, ao afirmar que todas as vocações são expressão do chamado divino. Essa ideia trouxe implicações sociais profundas, pois deslocou o ideal de santidade do espaço monástico para a vida cotidiana, valorizando o trabalho, a família e o serviço à comunidade como formas legítimas de vivenciar a fé. Tal perspectiva contribuiu para uma ética do trabalho que repercutiria nas transformações culturais e econômicas da modernidade.

Ao longo deste estudo, foi possível observar que Lutero não pretendia uma ruptura institucional com a Igreja Católica, mas sim um debate teológico que questionasse práticas abusivas, como a venda de indulgências. No entanto, a repercussão de suas ideias foi além do esperado, desencadeando uma ampla reforma religiosa e política. Como destacado ao longo da pesquisa, sua teologia fundamentou-se na autonomia da fé individual, enfraquecendo a hierarquia eclesiástica e promovendo uma visão de responsabilidade cristã no mundo.

A adoção das ideias de Lutero pelos príncipes e governantes alemães demonstrou que a Reforma protestante transcendeu o campo teológico, tornando-se

também um fenômeno político e social. O apoio das autoridades seculares foi decisivo para a institucionalização do movimento reformatório, evidenciando a complexa interdependência entre as esferas espiritual e temporal no contexto da modernidade nascente. Essa colaboração, ainda que pragmática, fortaleceu os Estados nacionais e desafiou a universalidade da autoridade papal.

Por outro lado, a aliança entre líderes religiosos reformadores e os poderes civis trouxe tensões e ambivalências que marcaram a história das Igrejas protestantes. Se, por um lado, a Reforma permitiu maior autonomia local e liberdade religiosa relativa, por outro, abriu espaço para a instrumentalização da fé por interesses políticos. Esse paradoxo revela que a proposta de Lutero de distinguir as esferas espiritual e temporal nem sempre encontrou aplicação coerente na prática histórica, sendo adaptada às conjunturas de poder de cada contexto.

No contexto político, a doutrina dos dois reinos de Lutero se revelou um elemento essencial para a construção de uma nova relação entre religião e governo. A distinção entre poder secular e espiritual ofereceu suporte para a emergência dos Estados protestantes e para o declínio da autoridade papal sobre as monarquias europeias. Contudo, essa separação nem sempre foi aplicada de maneira uniforme, sendo reinterpretada ao longo da história de diferentes formas, algumas coerentes com o pensamento luterano, outras distorcidas para justificar regimes autoritários. A partir da doutrina dos dois reinos, percebe-se que a distinção entre Igreja e Estado proposta por Lutero foi uma tentativa de organizar os papéis e responsabilidades de cada esfera sem necessariamente promover uma completa separação ou oposição. Essa nuance, muitas vezes esquecida em interpretações simplificadas, demonstra que Lutero visava manter uma colaboração funcional entre o governo civil e a Igreja, preservando a autoridade espiritual da Palavra sem negligenciar a importância da ordem social promovida pelo Estado.

Contudo, a apropriação posterior dessa distinção gerou interpretações diversas e, por vezes, conflitantes, especialmente em contextos marcados por regimes autoritários ou totalitários. A leitura reducionista da doutrina dos dois reinos foi utilizada para justificar a passividade da Igreja diante de injustiças sociais e políticas, obscurecendo seu potencial profético e crítico. Essa ambivalência histórica reforça a necessidade de uma leitura atenta e contextualizada da teologia luterana,

capaz de discernir os limites entre obediência legítima e convivência com estruturas opressoras.

Ao analisar os impactos da Reforma, percebe-se que a contribuição de Lutero não se limitou ao século XVI, mas reverberou nos séculos seguintes. Seu pensamento influenciou a secularização do Estado, a noção de liberdade religiosa e até mesmo o debate contemporâneo sobre a participação da fé na esfera pública. Entretanto, também foi possível constatar que algumas de suas ideias foram instrumentalizadas de maneira equivocada, como no regime nazista, onde trechos de seus escritos foram utilizados para justificar a submissão ao Estado e o antissemitismo. As controvérsias em torno do uso dos escritos de Lutero durante o regime nazista exemplificam como uma teologia pode ser apropriada fora de seu contexto original para fins políticos questionáveis. Esse fenômeno alerta para a responsabilidade hermenêutica na leitura de textos teológicos, exigindo um esforço constante de contextualização histórica e teológica. Reconhecer as limitações de Lutero enquanto homem de seu tempo não diminui sua relevância, mas permite uma aproximação crítica que valoriza suas contribuições sem ignorar suas ambiguidades.

Além disso, os desdobramentos da Reforma sobre os debates contemporâneos acerca da laicidade, da liberdade de consciência e da presença pública da religião reforçam a atualidade das reflexões iniciadas por Lutero. Em um mundo plural e globalizado, as questões levantadas por sua teologia continuam a provocar discussões sobre os papéis da fé, da ética e da política na construção de sociedades democráticas. Desse modo, estudar o pensamento luterano não é apenas revisitar o passado, mas também dialogar com os desafios e dilemas do presente.

Dessa forma, o estudo reforça a importância de uma leitura contextualizada e crítica da teologia luterana. Seu legado deve ser compreendido à luz de seu tempo e dos desafios enfrentados por ele, sem desconsiderar as distorções e apropriações indevidas que ocorreram ao longo da história. Mais do que uma figura religiosa, Lutero foi um agente de transformação social e política, cujo impacto continua a gerar reflexões sobre os limites e responsabilidades da fé na construção da sociedade. Ao concluir esta pesquisa, reconheço que o pensamento de Martinho Lutero segue desafiador e relevante, exigindo releituras constantes frente às novas configurações políticas, sociais e religiosas. Este trabalho, ao analisar a influência de sua teologia na relação entre Igreja e Estado, reafirma a relevância de sua obra não como um

legado fechado, mas como um convite permanente ao diálogo entre fé e sociedade. Assim, reafirmo a importância de uma teologia crítica, historicamente situada e eticamente comprometida, capaz de iluminar os dilemas contemporâneos sem perder de vista os limites e possibilidades da tradição.

Sugestões para pesquisas futuras

Considerando a relevância e a atualidade do tema, este estudo pode ser expandido em diversas direções. Uma possível continuidade seria uma investigação mais aprofundada sobre o impacto da teologia luterana nos modelos contemporâneos de Estado laico e liberdade religiosa, especialmente em contextos multiculturais. Além disso, um estudo comparativo entre a doutrina dos dois reinos e outras concepções teológicas sobre a separação entre Igreja e Estado poderia oferecer novas perspectivas sobre os desafios da secularização no mundo moderno. Outra vertente relevante seria analisar o uso político do pensamento luterano em diferentes períodos históricos, investigando como suas ideias foram apropriadas para justificar tanto movimentos democráticos quanto autoritários.

Outra possibilidade de investigação consiste em analisar a apropriação de símbolos e discursos religiosos no contexto político contemporâneo, especialmente em sociedades marcadas por tensões entre religião e Estado. Tal pesquisa poderia explorar como cruzes, Bíblias, hinos e outras expressões religiosas são utilizados em campanhas eleitorais, discursos oficiais e manifestações públicas, refletindo tanto continuidades quanto rupturas em relação ao papel histórico da fé na esfera pública. Esse tema permitiria um diálogo crítico com a herança da Reforma e sua influência na configuração das fronteiras entre o sagrado e o profano no espaço político.

Portanto, este trabalho contribui para o entendimento de como a teologia pode influenciar estruturas políticas e sociais, ao mesmo tempo em que alerta para os desafios éticos dessa relação. O pensamento de Lutero permanece uma referência essencial para discutir a laicidade do Estado, a liberdade religiosa e o papel do cristianismo no mundo contemporâneo. Seu legado, longe de ser um capítulo encerrado na história, continua a inspirar e provocar debates sobre a complexa interação entre fé, poder e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADDIS, William E.; ARNOLD, Thomas. **A Catholic Dictionary**. New York: The Catholic Publication Society Co., 1887.
- ALTMANN, Walter. **Lutero e Libertação**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2016.
- ATKINSON, J. Lutero, Martinho. In: WRIGHT, D. F. (org.). **Novo dicionário de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011.
- AUSTAD, Torleiv. **Attitudes towards the state in Western theological thinking**. Themelios, v. 16, n. 1, 1990.
- BAINTON, Roland H. **Cativo à Palavra: a vida de Martinho Lutero**. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- BAYER, Oswald. **A teologia de Martinho Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- BECK, Nestor J. L. Introdução Geral, *In: Obras selecionadas*. Vol. 7. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 9-10.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Discipulado**. 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2016.
- BRISSOS-LINO, José; FRANCO, José Eduardo. **Martinho Lutero, um construtor da modernidade**. *E-letras com Vida*, n. 12, p. 8-10, jan./jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.53943/ELCV.0124_8-10.
- BURRESON, Maggie. **Martin Luther: the great-grandfather of Church-State separation**. Undergraduate Thesis (Department of Religion) – Texas Christian University, Fort Worth, 2016.
- CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1995..
- D'AUBIGNÉ, J. H. **História da Reforma do décimo-sexto século**. vol. I. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1951.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DREHER, Martin N. Introdução. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: **Obras selecionadas**. V. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000.
- DUCHROW, Ulrich. O posicionamento de Lutero diante do individualismo. In: HOFFMANN, Martin; BEROS, Daniel C.; MOONEY, Ruth (orgs.). **Radicalizando a Reforma: outra teologia para outro mundo**. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2017.

FISCHER, Joachim. Introdução: A Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão, *In: Obras selecionadas*. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 277-278.

GALLI, Mark; OLSEN, Ted. Introduction. In: 131 **Christians everyone should know**. Nashville, TN: Broadman & Holman Publishers, 2000.

GONZÁLEZ, Justo. **Breve dicionário de teologia**. São Paulo, SP: Hagnos, 2009.

HANSON, Brian L. Gutenberg, Johann. *In: HAYKIN, Michael A. G. (ed.). Dicionário Lexham de História da Igreja*. Bellingham, WA: Lexham Press, 2022.

LAWSON, Steven J. **A heroica ousadia de Martinho Lutero**: Um perfil de Homens Piedosos. São José dos Campos, SP: Fiel, 2013.

LINDERBERG, Carter. **As Reformas da Europa**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2001.

LUTERO, Martinho. A Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão. *In: Obras selecionadas*. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 277-340.

LUTERO, Martinho. Do Cativo Babilônico da Igreja. *In: Obras selecionadas*. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 341-424.

LUTERO, Martinho. Da Vontade Cativa. *In: Obras selecionadas*. Vol. 4. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. p. 11-216.

LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. *In: Obras selecionadas*. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 435-460.

MCGRATH, Alister E. **O pensamento da Reforma**: Ideias que influenciaram o mundo e continuam a moldar a sociedade. 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

MOORE, George Foot. **História das religiões**: Judaísmo, cristianismo e islã. v. II. São Paulo: Fonte Editorial, 2021.

NGIEN, Dennis. **Theology of Preaching in Martin Luther**. Themelios, v. 28, n. 2, United Kingdom, 2003.

NOVA VERSÃO INTERNACIONAL. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2001.

PRUNZEL, Clóvis Jair. Distinção e articulação entre Igreja e Estado no pensamento de Lutero. **Revista Via Teológica**, v. 19, n. 37, jun. 2018.

SCHAFF, Philip; SCHAFF, David Schley. **History of the Christian Church**. v. 7. New York: Charles Scribner's Sons, 1910.

SHELLEY, Bruce L. **História do Cristianismo**: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Tomas Nelson, 2018.

SIRAIT, Ingrace Todotua. **Martin Luther political thought about religion and state relations**. International Journal on Social Science, Economics and Art, v. 9, n. 2, p. 100-114, 2019.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SMOLINSKY, Heribert. Capítulo 3: Movimento de Reforma de 1521 a 1525. In: KAUFMANN, Thomas et al. (orgs.). **História ecumênica da Igreja 2**: da alta Idade Média até o início da Idade Moderna. São Paulo: Edições Loyola; Paulus; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 2014.

TRUEMAN, Carl. **Lutero e a vida cristã**: Teologia e vida alicerçadas na cruz de Cristo. 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

WACHHOLZ, Wilhelm. **História e teologia da Reforma**: introdução. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2016.

WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: ética cristã a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martim Lutero. **Estudos Teológicos**, v. 57, n. 1, p. 14-29, jan./jun. 2017.

WACHHOLZ, Wilhelm; BRÜNING, Djonata. Bonhoeffer e Lutero: um diálogo (sempre) necessário e atual sobre o problema da superioridade racial. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 64, n. 1, 2024. DOI: 10.22351/et.v64i1.2705. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/ET/article/view/2705>. Acesso em: 2 maio 2025.

WESTHELLE, Vitor; ZWETSCH, Roberto E. (orgs.). **Fides et Ratio**: temas na teologia e filosofia suscitados por Lutero e a Reforma do século XVI. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2017.

WRIGHT, D. F. **Novo dicionário de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011.